



Instituto Superior
de
Ciências e Tecnologias Alberto Chipande

Guia Metodológico

Elaboração de Monografias, Projectos de Pesquisas e Artigos Científicos.

Rizuane Mubarak
Julio Taimira Chibemo
Emlio J. Zeca

Índice

INTRODUÇÃO	6
CAPITULO 1	8
EPISTEMOLOGIA: CONHECIMENTO, CIÊNCIA, TEORIA E ABORDAGEM.....	8
1.1. Epistemologia e Metodologia	8
1.2. Paradigma	11
1.3. Conhecimento e Ciência	12
1.3.1. Ciência: Concepção Empírica e Positiva	16
1.3.2. Ciência: Concepção Hermenêutica ou Interpretativa.....	17
1.4. Teoria.....	19
1.5. Abordagem.....	20
CAPITULO 2.....	21
PESQUISA CIENTÍFICA	21
2.1. Conceito Geral	21
2.2. Tipos de Pesquisas Científicas	23
2.2.1. Pesquisa Bibliográfica	24
2.2.2. Pesquisa Experimental	24
2.2.3. Pesquisa Descritiva	24
2.2.3.1 Pesquisa Documental	25
2.2.3.2 Pesquisa de Campo	25
2.2.3.3 Pesquisa de Opinião.....	25
2.2.3.4 Pesquisa de Motivação.....	25
2.2.3.5 Pesquisa Exploratória	26
2.2.3.6 Pesquisa Descritiva.....	26
2.2.3.7 Pesquisa Explicativa	27
2.3. Métodos e Técnicas.....	27

2.3.1. Método Científico	27
2.3.1.1. Método de Observação.....	28
2.3.1.2. Método Dedutivo	28
2.3.1.3. Método Hipotético-Dedutivo	28
2.3.1.4. Método Indutivo.....	28
2.3.1.5. Método Historico	28
2.3.1.6. Método Comparativo	29
2.3.1.7. Método Monográfico	29
2.3.1.8. Método Fenomenológico	29
2.3.1.9. Método Estatístico	30
2.3.1.10. Método Dialéctico.....	30
2.3.2. Técnicas de Pesquisa	30
2.3.2.1. Pesquisa Documental	30
2.3.2.3. Entrevista	30
2.4. Fases da Elaboração da Pesquisa	31
CAPÍTULO 3.....	35
PROJECTOS DE PESQUISA	35
3.1. Conceito Geral	35
3.2. Estrutura.....	35
CAPÍTULO 4.....	43
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E DISSERTAÇÕES.....	43
3.1. Conceito Geral	43
3.2. Estrutura.....	44
3.2.1. Elementos Pré-Textuais	45
3.2.1. Elementos Textuais.....	47
3.3. Disposições Finais	49

CAPÍTULO 4.....	51
TRABALHOS CIENTIFICOS	51
4.1. Elaboração de Trabalhos Científicos	51
4.2. Trabalhos de Síntese	52
4.2.1. Sinopse.....	52
4.2.2. Resumo	52
4.2.3. Esquemas	53
4.3. Resenha Crítica	53
4.4. Resumo Crítico	54
4.5. Elaboração de Fichas	54
4.6. Publicações Científicas	54
4.6.1 Artigos Científicos.....	55
4.6.2. Papers.....	56
4.6.3 Comunicações Científicas.....	56
4.7. Relatório.....	57
4.8. Características dos Trabalhos Científicos	57
5. Disposições Finais	58
CAPÍTULO 5.....	60
Regras de Citações, Rodapé e Referências Bibliográficas.....	60
5.1. Citações.....	60
5.2. Tipos de Citações	60
5.2.1. Citação Direta Ou Textual Ou Literal.....	61
5.2.2. Citação Indirecta Ou Conceptual Ou Livre.....	61
5.3- Regras Gerais Para Fazer Citações Directas e Indirectas	62
5.4 Citações de Documentos Eletrônicos.....	62
5.5. Citação de Informação Oral	62

5.6. Referências Bibliográficas	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFRICAS	63
ANEXO	66
REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO, E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO	67

INTRODUÇÃO

Na era do caos, do indeterminismo e da incerteza, os métodos científicos andam com seu prestígio abalado. Apesar da sua reconhecida importância, hoje, mais do que nunca, se percebe que a ciência não é fruto de um roteiro de criação totalmente previsível. Portanto, não há apenas uma maneira de raciocínio capaz de dar conta do complexo mundo das investigações científicas. O ideal seria você empregar métodos, e não um método em particular, que ampliem as possibilidades de análise e obtenção de respostas para o problema proposto na pesquisa (Silva e Menezes, 2005:138).

O propósito de fazer uma metodologia da pesquisa que integrasse noções conceituais, mas, sobretudo, que fosse uma ferramenta de uso real para investigadores e docentes, significou um grande desafio. Em muitos casos, os textos que se incluem são adaptações da obra referida, ao mesmo tempo em que se anexaram seções originais, como material complementar. Desta feita, o presente manual tem como objectivo central dar suporte de orientações aos estudantes, docentes e investigadores do ISCTAC quanto à elaboração e apresentação gráfica do projeto de pesquisa e dos trabalhos de conclusão de curso, pesquisas aplicadas e elaboração de artigos científicos. Além disso, o presente texto procura fornecer os pressupostos básicos de iniciação à pesquisa e do trabalho científico que permitam ao aluno melhor convivência acadêmica e aumento do nível de aproveitamento nos estudos; desenvolver atitudes favoráveis ao emprego da pesquisa científica na solução de problemas e na tomada de decisão, além de estimular o processo de pesquisa na busca, produção e expressão do conhecimento, despertando no aluno interesse e valorização da mesma em sua vida pessoal e profissional; conscientizar o aluno da importância da formação de hábitos de estudo científico que lhes possibilitem o desenvolvimento de uma vida intelectual disciplinada e sistematizada; informar e conscientizar o aluno de que a pesquisa e o trabalho acadêmico possuem normas que regulam seu procedimento, elaboração e apresentação; conceituar e diferenciar método, técnica, pesquisa e metodologia científica; determinar a relação entre pesquisa e ciência e fornecer a ferramentas para a elaboração de projecto, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutoramento e trabalhos científicos tendo em conta as normas técnicas do Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande.

A Metodologia da Pesquisa Científica é domínio de conhecimento incluído nos programas académicos das instituições de ensino superior, em Moçambique, e no mundo, com certeza de sua pertinência e do seu indubitável valor na formação de profissionais. Esta certeza é alimentada por anos de experiência em ambientes virtuais e presenciais de aprendizagem. Quando estes espaços exigem como finalização de estudos um trabalho, um projecto ou uma tese

evidencia-se a necessidade de que os alunos contem com uma formação em metodologia da pesquisa para poder abordá-los de forma adequada. Caso contrário, o exercício pode tornar-se muito complexo e alargado no tempo, e ambos -aluno e diretor- vivenciar o processo com angústia. Daí a pertinência desta disciplina no programa de estudos do ISCTAC.

Para lá do que pode significar, em termos de aprendizagens para nossos respectivos âmbitos profissionais, o conteúdo da matéria tem uma aplicabilidade imediata nos trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, relatórios, papers, artigos científicos e vários exercício académico realizados na instituição. Aqui, não se procura minimizar a relevância de seu conteúdo para a formação orientada à prática profissional, mas, sobretudo, transmitir o significado e o valor que ela pode ter dentro da mesma prática formativa em que o estudante está imerso como aprendiz.

CAPITULO 1

EPISTEMOLOGIA: CONHECIMENTO, CIÊNCIA, TEORIA E ABORDAGEM.

O presente capítulo está orientado para oferecer algumas chaves que permitam ao estudante, docente e investigador situar-se no contexto da pesquisa científica. Daí que o capítulo se inicie com uma secção dedicada à Epistemologia, como fornecedora da armação ou estrutura de uma ciência. Em seguida, entramos na definição de paradigmas, e sua transcendência na construção do conhecimento científico. Distinguimos entre Ciências da Natureza e Ciências Humanas, contribuindo com critérios diferenciadores da ciência clássica e moderna. Por último, oferece-se uma secção dedicada a aprofundar os conceitos de *poiesis epraxe*, como chave para a interpretação dos paradigmas.

1.1. Epistemologia e Metodologia

A epistemologia é o campo da ciência que trata de esclarecer no que consiste o conhecimento científico; e se nos determos a uma ciência concreta, quais são os aspectos específicos dessa ciência como tal ou que perspectivas (modelos, enfoque, paradigmas, etc.), podemos encontrar nela. Guardando as distâncias, dado que a similitude é possivelmente um pouco forçada, poderíamos dizer que a epistemologia faria o papel de árvore genealógica da própria ciência, permitindo-nos situar cada conceito em sua família e estabelecer com clareza as conexões com o resto. Essencialmente, a epistemologia permite situar-nos no contexto científico. Oferece-nos a armação, a estrutura de uma ciência, de maneira que sejamos capazes de ordenar e articular nela qualquer novo conhecimento.

A ideia é singela, mas o processo é custoso por ser preciso familiarizar-se com conceitos habitualmente pouco trabalhados ao terminar os estudos universitários. Não é demais advertir que alguns destes conceitos, que serão encontrados no caminho, recusam a epistemologia por inútil e reivindicam a autonomia da prática, como se esta se pudesse compreender sem um substrato de onde se alimenta e ganha sentido (Serra e Arizmendiarieta, e Pérez Ferra, 2007).

Suponhamos que nos colocam num avião sem nos dizer aonde vamos e aterrissamos em uma cidade da qual não sabemos nada. Dão-nos seu nome, mas desconhecemos o país a que pertence o idioma que se fala seus costumes, um pouco de sua história ou se é perigoso ou não transitar por ela passadas às oito da tarde. É possível visitá-la? É obvio que sim, mas perderemos grande parte de sua riqueza e a observaremos como se fora uma cristaleira, como um conjunto de edifícios, monumentos, ruas e lojas de que só vemos seu aspecto exterior. Não viveremos a

cidade até que compreendamos o que a faz ser assim, sua história e seus costumes, seu caráter, sua essência. Situar-se nela é conhecer, ao menos, algo de tudo isto.

Em nosso contexto científico (o de cada um) ocorre o mesmo. Estar situado exige passar de turista mais ou menos informado a estar recenseado. Desprezar a epistemologia supõe não só ser um 'pesquisador turista', mas ser, além disso, do tipo de turista que só lhe interessa o álbum de fotos uma vez acabado a viagem. Não entrar minimamente na epistemologia implica ver uma catedral como quem vê um banco e perguntar-se apenas qual será o nome que poremos na etiqueta embaixo da foto. A pesquisa, portanto, exige saber que método utilizar em função do que quero analisar, que concepção da realidade estudada conecta com dito método e, sobretudo, por que. Impele-nos, portanto, a inserir-nos em uma tradição científica em que nossa pesquisa tenha seu lugar.

Para se fazer uma reflexão sobre o que é a metodologia, é pertinente começar pela apresentação de uma questão direcionada àqueles que acabam de ingressar no curso superior: O que é Metodologia? Que relação há entre Ciência e Metodologia Científica? Qual a sua importância e utilidade para o universitário? Partindo da definição etimológica do termo temos que a palavra Metodologia vem do grego “meta” = ao largo; “odos” = caminho; “logos” = discurso, estudo. A Metodologia é entendida como uma disciplina que consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando as limitações de suas utilizações. A Metodologia, num nível aplicado, examina e avalia as técnicas de pesquisa bem como a geração ou verificação de novos métodos que conduzem à captação e processamento de informações com vistas à resolução de problemas de investigação.

De acordo com Fernandes e Bambo (2009:32-33), “a metodologia é um conjunto de procedimentos utilizados pelo pensamento para atingir o conhecimento recorrendo para o efeito, a determinadas técnicas que deverão ser criteriosamente selecionadas, tendo em conta o tipo de trabalho”. Estes autores acrescentam mais, definindo o método como um processo estratégico de pesquisa, um caminho que o raciocínio deve percorrer ordenadamente, por fases, até atingir o conhecimento. Por seu turno, Marconi e Lakatos (2009:110) referem que “a metodologia constitui o conjunto de etapas concretas da investigação”. Ela tem como finalidade central a explicação geral dos fenômenos menos abstractos. A metodologia pressupõe uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitadas a um domínio particular.

A metodologia seria a aplicação do método através de técnicas. Constitui o procedimento que deve seguir todo conhecimento científico para comprovar sua verdade e ensiná-la. O método afigura-se como sendo o caminho ordenado e sistemático, a orientação básica para se chegar a um fim e técnica é a forma de aplicação do método. Representa a maneira de atingir um propósito bem definido. Têm-se então o método como estratégia e a técnica como tática necessária de modo a se operacionalizar a estratégia. Assim, o método estabelece de modo geral o que fazer e técnica nos dão o como fazer, isto é, a maneira mais hábil, mais perfeita de fazer uma atividade.

A metodologia no quadro geral da ciência é uma “Metaciência”, isto é, um estudo que tem por objeto a própria Ciência e as técnicas específicas de cada Ciência. A Metodologia não procura soluções, mas escolhe as maneiras de encontrá-las, integrando os conhecimentos a respeito dos métodos em vigor nas diferentes disciplinas científicas ou filosóficas. Com relação à importância da disciplina Metodologia Científica esta é baseada na apresentação e exame de diretrizes aptas a instrumentar o universitário no que tange a estudar e aprender. Para nós, mais vale o conhecimento e manejo desta instrumentação para o trabalho científico do que o conhecimento de uma série de problemas ou o aumento de informações acumuladas sistematicamente. Estamos, pois, voltados para assessorar e colaborar com o crescimento intelectual do aluno para a formação de um compromisso científico frente à realidade empírica.

A metodologia auxilia e, portanto, orienta o universitário no processo de investigação para tomar decisões oportunas na busca do saber e na formação do estado de espírito crítico e hábitos correspondentes necessários ao processo de investigação científica. O uso de processos metodológicos permitirá ao estudante o desenvolvimento de seu raciocínio lógico e de sua criatividade. Assim, um curso de Metodologia Científica deve-se propor a desenvolver a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os fatos da realidade. Portanto devemos estar voltados para capacitar o estudante, através de reflexões, práticas e reflexões sobre estas mesmas práticas, a uma análise do conhecimento e do seu processo de produção.

Através da Metodologia Científica deve-se criar ou estimular o desenvolvimento do espírito crítico e observador do aluno para que ele possa ver a realidade com toda sua nudez, analisando-a e refletindo-a à luz de concepções filosóficas e teóricas. Assim, através do estudo da Metodologia Científica vão sendo apresentadas diretrizes para a formação paulatina de hábitos de estudos científicos já que a pesquisa e a reflexão devem constituir-se em objetivos principais da vida universitária. Metodologia Científica não é um amontoado de técnicas, embora elas devam existir, mas sim uma disciplina que deve estar sempre em relacionamento e a serviço de uma proposta nova de Universidade e conhecimento.

A Metodologia Científica estrutura-se, portanto para contribuir para que a Universidade desenvolva as funções que lhe são impostas frente às necessidades culturais e econômicas emergentes. Assim, a Metodologia Científica vem para auxiliar na formação profissional do estudante. Pretende-se alcançar uma formação profissional competente bem como uma formação sócio-política que conduzirão o aluno a ler crítica e analiticamente o seu cotidiano. A formação profissional competente está diretamente relacionada ao crédito dado ao estudo e à elaboração de um projeto de estudo. Isto é, deve estar implícita a preocupação em aprender as funções advindas de sua carreira profissional.

Considerando-se a Universidade como centro do saber, como uma instituição preocupada com a qualificação do ensino, com o rigor da aprendizagem e com o progresso da ciência, ela terá na Metodologia um valioso ajudante quanto ao desenvolvimento de capacidades e habilidades do universitário. Vem, portanto, fornecer os pressupostos do trabalho científico, ou seja, normas técnicas e métodos reconhecidos pelo uso entre cientistas, referentes ao planejamento da investigação científica, à estrutura e à aplicação, apresentação e comunicação dos seus resultados. Aprendendo a pensar, a pesquisar e formando o seu espírito científico, o universitário estará obtendo conhecimentos novos e ao mesmo tempo construindo-se como ativo e participante da História.

1.2. Paradigma

Não podemos observar a natureza ou resolver dúvidas sobre a ação humana em todas as suas dimensões, de modo que possamos abranger tudo. Seria muito. Terá que ir por partes. Dessa necessidade surgem as diversas ciências e dentro delas os paradigmas ou modelos que nos servem como filtro para a compreensão. Ficaríamos loucos com muita informação desordenada, de modo que é necessário focar em uma seleção de informação que se possa manejar e ordenar para poder compreender algo do que sucede. Anteriormente falávamos de fazer-se perguntas. Os modelos científicos ou enfoques nascem com a pretensão de responder a perguntas que giram em torno de uma questão determinada, a qual é seu eixo.

Quando em desenho linear se fala de perspectiva, a chave está sempre no ponto de fuga. Dependendo de onde este se situe, sabemos que pode dar lugar a várias versões de um mesmo objeto. Graças aos diversos pontos de fuga que configuram as diferentes perspectivas, podemos ver a parte de cima da mesa, ou a de abaixo, ou as laterais, até ilimitadas formas de vê-la. Mas nunca, de um só golpe de vista, teremos a mesa por completo. Quando tiramos uma foto, ocorre o mesmo. Podemos fazer numerosas fotos da mesma paisagem em função do que nos interesse ressaltar. Se nos fixamos nas nuvens não poderemos ao mesmo tempo capturar a abelha na flor. Tudo estava aí, mas a foto mostra-nos uma pequena parte do conjunto.

A foto diz-nos muito, portanto, do interesse de seu autor. Do mesmo modo, os modelos científicos, que são resultado da perspectiva ou enfoque com o que os diferentes autores contemplam a realidade estudada, não o abrangem tudo, mas só uma parcela da mesma, considerando, além disso, que o ponto de vista adotado para a análise é o melhor ponto de vista possível. Por esse motivo, sobretudo nas ciências humanas, encontramos com mais de um modelo que nos dá respostas a respeito, aparentemente, os mesmos problemas. E dizemos aparentemente porque o problema nunca é exatamente o mesmo, analisado desde pontos de vista diferentes, por muito próximos que estes estejam. O que coincide é o objeto estudado, por exemplo, os processos de ensino-aprendizagem. Mas os problemas, esses, configuram-nos as perguntas que nos façamos. Se o que nos preocupa é o domínio de umas habilidades específicas, o problema adquire uma coloração predominantemente técnica e nos interessará contar com um modelo que adote essa visão. Se, por outro lado, o que pretendemos é a aquisição de um pensamento criativo, teremos que encontrar um modelo que se encontre mais próximo a essa posição.

Essencialmente, os diferentes modelos nunca devem apresentar-se com um caráter totalizador, mas sim, devido a serem essencialmente incompletos, devem sempre procurar uma forma de completar-se e enriquecer-se graças a perspectivas diferentes. Portanto, podem e devem coexistir para uma melhor visão do objeto estudado. A ideia de paradigma, no entanto, é bem diversa em sua origem, embora, com o tempo, se esteja utilizando, indistintamente, modelo, enfoque e paradigma. Nós, para não romper com essa 'tradição', fá-lo-emos também, mas não é de mais esclarecer, sucintamente, qual é sua diferença básica e de onde surge. Sempre que se fala de paradigma, o referente mais conhecido é Thomas Kuhn. Em uma de suas definições de paradigma, diz: "Um paradigma é o que os membros de uma comunidade científica compartilham e, reciprocamente, uma comunidade científica consiste em homens que compartilham um paradigma" (Kuhn, 1975).

Kuhn (1975) explica que a comunidade científica compartilha dois tipos de problemas: os 'problemas tipo ou paradigmáticos', que são os que já estão resolvidos e constituem a Ciência Normal, e os 'problemas-enigmas', que são os

que não estão resolvidos e constituem a Pesquisa Normal. A função da Ciência Normal é assentar as bases teóricas dos conhecimentos compartilhados por uma comunidade; enquanto que a função da Pesquisa Normal é ampliar esse campo de conhecimentos. Se esta for capaz de resolver os problemas que se lhe apresentam, o progresso é, efetivamente, acumulativo. No entanto, se não for assim, o paradigma entra em crise e é substituído por outro que dê resposta aos problemas-enigmas. Desta forma, produzem-se as revoluções científicas e a substituição de paradigmas. Portanto, por vezes, o progresso da ciência não é linear; poderíamos dizer que avança aos saltos, depois de superar crises produzidas pela falta de respostas que oferecia um paradigma.

Quando se produz uma mudança de paradigma, produz-se também uma reconversão dos princípios teóricos, de maneira que cada paradigma tem uma lógica própria, um modo particular de abordar os problemas. Quer dizer, que o que troca não é só a forma de resolver um problema, mas o enfoque e os pressupostos teóricos que tomam possível a mudança de enfoque. Em resumo, enquanto a ideia de modelo assume a possibilidade (e até a necessidade) de compartilhar o espaço (e tempo) científico com outros modelos cuja perspectiva seja diferente, a ideia de paradigma, em sua origem, é incompatível com a simultaneidade de vários. Isto é assim porque o paradigma pretende dar uma visão muito mais completa e abarcadora de uma questão do que os modelos. Por isso, quando um paradigma não funciona, é substituído por outro que explique melhor o que ocorre.

Os paradigmas foram-se sucedendo em função das críticas recebidas, mas à diferença dos paradigmas de que fala Kuhn, nenhum desapareceu por completo, sendo sucedido pelo seguinte. E isto é assim simplesmente porque, em sentido kuhneano, embora se alterem os pressupostos teóricos e a lógica interna dos paradigmas, estes se sucedem para resolver melhor um mesmo problema. No entanto, os 'paradigmas' dos quais nós falaremos não são tais, em sentido estrito, porque os problemas variam de uns a outros. Como se diz coloquialmente: cada um vai ao seu. E, portanto, coexistem e discrepam de forma permanente (e errônea), pois não respondem às mesmas perguntas. Chamá-los paradigmas é, desde nosso ponto de vista, uma tentativa inconsciente de abranger com eles mais do que estritamente se pode e tentar oferecer como visão global o que é (sem menosprezo algum) uma perspectiva parcial. Mas não sejamos infiéis a nossa tradição e chamemo-los assim mesmo, sempre e quando soubermos do que falamos e sejamos conscientes de sua origem e diferenças. Antes de começar a explicar suas principais características, demos um breve passeio por algumas questões prévias.

1. 3. Conhecimento e Ciência

O conhecimento é o acto ou efeito de abstrair ideia ou noção de alguma coisa, como por exemplo, conhecimento das leis; conhecimento de um fato, no sentido de obter informação; conhecimento de um documento; termo de recibo ou nota em que se declara o aceite de um produto ou serviço; saber, instrução ou cabedal científico (Homem com grande conhecimento). Portanto, para falar do conhecimento é indispensável abordar a questão dos dados e da informação. A definição clássica de conhecimento, originada em Platão, diz que ele consiste em crenças verdadeiras e justificadas. Aristóteles divide o conhecimento em três áreas: científica, prática e técnica. Além dos conceitos de Aristóteles e Platão, o conhecimento pode ser

classificado em uma série de tipos ou categorias, com destaque para o senso comum ou conhecimento popular, o empírico, o teológico, o filosófico e o científico.

O conhecimento aproxima-nos das coisas e, desde este ponto de vista, semanticamente, conhecimento e ciência estão aparentados. O termo “ciência” provém do nome latino *scientia*, que se traduz por “conhecimento científico, ciência, saber” e do verbo *scire*, que significa “saber, estar instruído, ter um conhecimento teórico ou prático de algo” e se corresponde com o grego *epistémē*: “conhecimento, saber, ciência”. Daí que ao estudo sobre a ciência chamemos epistemologia. No entanto, conhecimento e ciência, ainda com essa relação de parentesco original, não podem identificar-se.

A palavra ciência (do latim, *scire*) significa etimologicamente saber ou conhecimento. Em sentido lato, Ciência é o conjunto sistemático, ordenado, harmonioso, objectivo e organizado de conhecimentos. A ciência é o esforço com vista a descobrir e expandir o conhecimento humano acerca dos fenómenos naturais, sociais e funcionamento do Universo. A ciência é um método objectivo, lógico e sistemático de análise de fenómenos. Trata-se de um instrumento que permite acumular conhecimento fiável da realidade através da experiência. No campo científico não se inventada, mas sim se descobre. As várias ciências descobrem-se as leis que explicam os fenómenos da Natureza.

A ciência possui três características fundamentais: é positiva, crítica e analítica. A ciência é positiva, porque estuda os factos com rigor e exactidão, tendo em conta a descoberta da verdade – leis; é crítica, porque não aceita de ânimo leve qualquer conclusão; duvida e nada afirma sem provas convincentes e definitivas; e é analítica, porque é minuciosa ao extremo e tudo verifica na base de análise rigorosa.

As leis científicas diferem das teorias, porque elas já existem e precisam ser descobertas através da pesquisa. A lei científica não pode ser criada; compara-se ao processo de mineração de diamantes (cavar), por exemplo: a lei de gravidade; as leis da natureza e da física podem ser descobertas ou expressas numa equação. As leis científicas são permanentes até que sejam provadas como sendo incorrectas. As leis científicas são inflexíveis até que sejam se desajustem a realidade. Quando elas se tornam flexíveis deixam de serem leis passando a serem teorias em que em todos os factos passam a ser conhecidos.

A ciência é um tipo de conhecimento, mas nem todo tipo de conhecimento tem por que ser científico, nem o fato de que o seja lhe traz, necessariamente, mais verdade. A ciência é um modo de acesso à verdade do real e, por isso, é tão importante o método científico, pois é aí que, essencialmente, se mostra a validade seus resultados enquanto ciência. O método científico é o caminho que a ciência adota para a pesquisa. Por isso, em função de um tipo ou outro de ciência e do enfoque que se adote, o método, o caminho, variará necessariamente (Latorre, Arnal e Rincón, 2003). É preciso ter em conta a mudança que se produz com o passar do tempo, na

concepção do cientista, juntamente com a polêmica separação entre ciência e metafísica. Ainda que quando se fala de ciência se costume remeter, como sua origem, à voz grega epistême, este termo não tem a mesma interpretação no mundo grego que, dando um grande salto, o moderno conceito de ciência a partir do Galileu.

Para os gregos, a epistême era um saber objetivo, sistematizado e total (não fragmentário), de modo que ciência e metafísica constituíam um saber único (Fullat, 1979). A epistême, concebida como o autêntico saber, estava ligada ao mundo dos valores, à virtude (em sentido grego) enquanto conhecimento do bem para poder conduzir a própria ação (Jaeger, 1971). Do mesmo modo que no mundo moderno existem distintas interpretações a respeito da ciência e como se produz o conhecimento, no mundo clássico grego ocorre o mesmo (Hirschberger, 1985).

A ciência moderna conserva as notas de objetividade e sistematicidade do conceito clássico de ciência, mas esquece do seu caráter de totalidade, como saber compreensivo (Fullat, 1979). Deixam-se de lado, definitivamente, as essências e a ciência não será já um saber a respeito das coisas "em si", mas do fenomênico¹. Por isso, só será científico o que possa ser submetido à prova e tenha, portanto, uma referência na experiência, propondo hipóteses que têm que ser comprovadas. Na ciência moderna, invertem-se os planos e, paradoxalmente, o que para o Platão era opinião (o mundo dos fenômenos) constitui-se como ciência, com a consequência de que, como se repetiu várias vezes, a ciência se separa definitivamente de qualquer tipo de metafísica, por não poder esta ser comprovada pela experiência.

O conceito de testabilidade converte-se, pois, no elemento determinante para que uma ideia possa ser considerada científica e necessita, por isso, sempre referir-se a dados empíricos.

A grande revolução de Galileu, entre outros, consiste em romper com o método dedutivo aristotélico e propor o método indutivo, que consiste em chegar a generalizações partindo da observação. E, além disso, é importante ter em conta que o método científico moderno conta com a matemática como inseparável da experimentação. Neste sentido, merece a pena destacar uma importante diferença existente entre experiência e experimentação. A primeira supõe só uma vivência subjetiva do sensível; e na ciência moderna, a pretensão de objetividade e a necessidade de chegar a hipóteses que têm que ser comprovadas até poder formular leis gerais exige que a experiência seja objetiva e controlada com o que surge a experimentação.

Dizíamos no início que nem todo o saber constitui conhecimento e que nem todo o conhecimento tem por que ser científico. Além disso, embora a ciência aspire a verdades objetivas e comprovadas, a verdade e a certeza não são exclusivas da ciência, pois estão também presentes no conhecimento ordinário e - levando em conta a separação moderna entre ciência e filosofia - na filosofia.

“A pesquisa científica - afirma Bunge - começa no lugar mesmo em que a experiência e o conhecimento ordinários deixam de resolver problemas ou até de apresentá-los” (Bunge, 1975).

Enquanto o conhecimento ordinário carece de estruturação, na ciência, a racionalidade aspira a ser sistemática e isto se consegue mediante as teorias que se convertem, diz Bunge, no “núcleo da ciência”. Embora existam diversas acepções de teoria, existe bastante acordo ao definir uma teoria científica.

Na relação entre ciência e conhecimento, pode-se distinguir os seguintes tipos de conhecimentos:

- **Conhecimento Popular:** conhecido como senso comum é a forma de conhecimento do vulgar, tradicional e hereditário; provém da cultura, do senso comum, sem compromisso com uma apuração ou análise metodológica. Não pressupõe reflexão, é uma forma de apreensão passiva, acrítica e que, além de subjectiva, é superficial.
- **Conhecimento Empírico:** é aquele baseado na experiência. As principais características são: imediato, espontâneo e assimétrico. Isto é, é um conhecimento não organizado. Ele é obtido a partir das experiências sensitivas e fisiológicas como é o caso específico do tacto, visão, olfacto, audição e paladar. Ele exige observação, experiência e uso da razão para a explicação.
- **Conhecimento Teológico:** é adquirido a partir da fé teológica; é fruto da revelação da divindade. A finalidade do teólogo é provar a existência de Deus e que os textos bíblicos foram escritos mediante inspiração Divina, devendo por isso ser realmente aceitos como verdades absolutas e incontestáveis. A fé pode basear-se em experiências espirituais, históricas, arqueológicas e colectivas que lhe dão sustentação.
- **Conhecimento Filosófico:** durante muito tempo, foi considerado como sendo a mãe das ciências. Ele se ocupa do saber em geral, “o saber por saber”, isto é, o prazer por saber, segundo Aristóteles. Este conhecimento busca captar a realidade a partir das causas e princípios. Portanto, a filosofia é sabedoria e constitui uma interpretação racional da realidade, um estudo da realidade na sua totalidade. O conhecimento filosófico é mais ligado à construção de ideias e conceitos. Busca as verdades do mundo por meio da indagação e do debate; do filosofar. Portanto, de certo modo assemelha-se ao conhecimento científico – por valer-se de uma metodologia experimental – mas dele distancia-se por tratar de questões imensuráveis, metafísicas. A partir da razão do homem, o conhecimento filosófico primazia o olhar sobre a condição humana.
- **Conhecimento Científico:** é aquele baseado nas causas; influi no modo de ser das coisas e as transforma. O conhecimento científico exige uma organização, crítica; é completo e exaustivo. Preza pela apuração e constatação. Busca por leis e sistemas, no intuito de explicar de modo racional aquilo que se está observando. Não se contenta com explicações sem provas concretas; seus alicerces estão na metodologia e na racionalidade. Tem um objecto específico e pode ser material ou formal. Objecto Material é a realidade

genérica que se considera, por exemplo, a biologia, materialmente, estuda a vida. Objecto Formal é, concretamente, a realidade ou objecto específico da ciência, por exemplo, a biologia, formalmente, no campo da zoologia, estuda os animais; isto quer dizer que ela faz um enfoque parcial e específico nos ramos da ciência.

1.3.1. Ciência: Concepção Empírica e Positiva

A origem da estrutura formal das teorias científicas encontra-se no Círculo de Viena e seu desenvolvimento posterior pelo empirismo-lógico. Sua pretensão era eliminar os conceitos cujo referente não pudesse ser observado, pois só assim as teorias podiam ser verificadas ou falsificadas. Assim, o ideal de teoria científica tem que ter um sistema formal, composto por um sistema axiomático onde elementos menos abstratos derivam de outros considerados os primeiros princípios da teoria, e um sistema de interpretação empírica, pelo que os termos teóricos são traduzidos a empíricos para que possam ser observados.

As teorias científicas que têm como objeto a natureza têm que ser explicativas e preditivas e exigem dois momentos que poderíamos considerar complementares. A partir da observação chega-se a certas regularidades que se expressam em forma de leis empíricas e, depois, terá que se comprovar que essas leis expressam efetivamente as observações. Pode-se observar, então, a complementaridade indução-dedução. Em síntese, ocorre o seguinte: da observação induzem-se leis gerais, a partir destas deduzem-se de forma preditiva outros fenômenos e compara-se novamente com a observação para reformular e melhorar as leis, com o que se pode aperfeiçoar e enriquecer ou, no caso, anular as teorias.

A ciência positiva só pode ser preditiva encontrando relações de causalidade entre os fenômenos, porque se dá é obvio que existe uma regularidade, uma necessidade natural que responde sempre a um esquema unidirecional de uma causa que dá lugar a um efeito e que classicamente se denominou causalidade eficiente. Quando a concepção da ciência empírico-positiva pretende, além disso, intervir nas realidades observadas para a obtenção de algum objetivo está-se falando de tecnologia. Mas é preciso esclarecer aqui que a tecnologia não é dada pela simples intervenção da realidade, mas de uma intervenção com características específicas determinadas pela racionalidade meios-fins, entendida de uma forma particular.

A eficiência é a faculdade para obter um efeito e, sempre que se fala de tecnologia, costuma-se associar critérios de eficácia, cujo significado é o poder para trabalhar conseguindo tornar efetivo propósito ou intenção. Logicamente, se a tecnologia não obtém seu propósito, não é tecnologia. Mas para que esse efeito se obtenha, sempre que se atue nas mesmas condições, faz falta conhecer com detalhe cada uma das ações a realizar e as relações de causa-efeito que se estabelecem entre elas. Quer dizer, para que a ação tecnológica não se frustrate faz falta trabalhar sobre os processos com a precisão e regularidade que se observa nos fenômenos naturais. Desta forma, a causa de qualquer efeito na natureza poderia ser comparada aos meios necessários para

alcançar os fins da ação tecnológica. Assim, a tecnologia poderia entender-se como uma causalidade artificial eficiente, de forma que se tenha um conhecimento pormenorizado de cada uma das ações e sua sequência sem dar margem à imprevisibilidade. Os fins têm que estar, portanto, bem descritos e perfilados, assim como os meios condizentes a ditos fins.

Por tudo isto, unicamente a esta forma de interpretar a racionalidade meios-fins enquanto expressão humana da casualidade eficiente pode chamar-se-lhe, em rigor, racionalidade tecnológica. É importante assinalar que este tipo de racionalidade traz com ela, além disso, o aparecimento da figura do perito, como autoridade no conhecimento científico-tecnológico que domina.

1.3.2. Ciência: Conceção Hermenêutica ou Interpretativa

A ciência moderna só considerava conhecimento científico a física e a matemática. Dilthey, historiador, propõe-se, em meados do século XIX, fazer da história uma 'verdadeira' ciência. Para isso, distingue entre Ciências da Natureza e o que ele chama Ciências do Espírito. Dilthey explica como a separação entre Ciências da Natureza e Ciências do Espírito tem sua razão de ser no caráter irredutível destas àquelas, devido a que os processos que têm lugar na experiência interna do ser humano não podem subordinar-se nem ser explicados a partir da experiência externa. Isto ocorre, essencialmente, pela autonomia e imprevisibilidade da liberdade (Dilthey, 1966).

A liberdade da vida humana faz com que o que é um indivíduo, seu caráter e personalidade, não possa derivar-se como efeito da soma de causas, mas que é algo irredutível a elas. Daí que a vida se deva entender como uma constante interpretação e reinterpretação de um conjunto de vivências interrelacionadas. Gadamer (1977), um autor de grande relevância e repercussão nesta concepção, explica esta questão a propósito de seu estudo sobre a hermenêutica ou interpretação de textos, que será um dos métodos adotados por algumas ciências humanas. A interpretação esclarece Gadamer (1977), não é um efeito da compreensão, antes no compreendido já se está produzindo uma interpretação, que não é possível, por sua vez, sem compreensão.

A compreensão e interpretação estão fundidas, mas não se dão de forma impessoal. Quem compreende e interpreta pode fazê-lo apenas desde sua própria situação. Por isso, os métodos interpretativos atribuem grande importância à participação do pesquisador no contexto a pesquisar. Compreendido e interpretado se identificam na aplicação, sem a qual os primeiros não teriam um suporte do qual carregar-se de sentido. Só podem dar-se na medida em que podem ser referidos a uma situação concreta. Isso faz que o mesmo texto possa ser compreendido e interpretado em cada momento de uma maneira nova já que tem que ser despojado de toda a contingência, tanto do que o autor tinha em mente quando o escreveu, quanto do destinatário original do texto (Gadamer, 1977).

Precisamente pela importância da aplicação, Gadamer (1977) não entende a hermenêutica só como um método, mas também como "um processo que tem como pressuposto o estar dentro de um acontecer tradicional". Conceber a hermenêutica como processo tem muito que ver com sua expressão "conversação hermenêutica". Gadamer ressalta a importância de dois interlocutores em uma conversação cujo objetivo é entender-se e chegar a acordos (na compreensão).

O mesmo tem que ocorrer na interpretação de textos, mas para isso ambos os interlocutores -o texto e o intérprete- têm que falar a mesma linguagem. Por isso têm que estar na mesma tradição ou, ao menos, entender a linguagem do texto na tradição em que este está escrito. Para explicá-lo alude aos problemas frequentes que se dão na comunicação quando duas pessoas (ou um texto) falam dois idiomas diferentes. A interpretação se assimilaria a um processo de tradução, e esta não é um problema de substituição, não consiste só em substituir uma palavra por outra com igual significado, mas sim de assimilação de uma totalidade de significação da que a palavra faz parte. Por isso, tanto a tradução como a interpretação não têm como tarefa uma fiel reprodução do original, mas sim um esforço de reconstrução do sentido.

Esta colocação, evidentemente, escapa da pretensão de neutralidade de algumas posições positivistas, mas nem por isso cai em um subjetivismo radical. O facto de que o intérprete, como é lógico, não possa desvincular-se de seus próprios conceitos na hora de abordar um texto, não significa que vá contaminar com eles o sentido do texto. O que parece dizer Gadamer (1977) (realizando com ele um novo processo interpretativo) é que no processo de interpretação, no qual o intérprete está absolutamente vinculado, este tem que tentar entabular uma conversação com o texto para extrair dele -enquanto objeto de decifração- todo seu sentido desde sua própria tradição histórica, mas de forma que sua significação seja aplicável à tradição interpretativa em que o intérprete se encontra. Deste modo, a interpretação vai mais à frente do texto mesmo, potencializando suas possibilidades de significação e deixando a porta aberta, como em qualquer conversação, a que esta seja retomada e saiam à luz muitos mais pressupostos do que aqueles que os interlocutores foram capazes de expressar em um momento histórico específico.

A concepção interpretativa das ciências sociais ou humanas não aspira a uma explicação de certos fenômenos a partir das regularidades observadas, nem tampouco pretende predizer realizações humanas futuras, a não ser unicamente compreender, interpretando, as ações humanas, os fatos sociais, a cultura. Enquanto o positivismo considera que só pode haver uma explicação de um mesmo fenômeno, a hermenêutica consistiria precisamente em que pode haver diferentes tipos de explicação em função dos sujeitos que interatuem em um determinado contexto e do significado que eles mesmos atribuam a sua relação e a si mesmos em dito contexto. Embora muitos autores considerem que só se pode falar propriamente de 'explicação' no primeiro caso, deixando a 'compreensão' para o segundo.

A racionalidade tecnológica tem sentido enquanto produção (poiesis) ou reprodução de objetos ou processos que imitam a natureza ou que pretendem substituí-la ou melhorá-la. Outra coisa são

as ações humanas (praxis)¹ cujo objeto é o exercício vital enquanto desenvolvimento propriamente humano. Estas são as ações que interessam precisamente às Ciências do Espírito ou Ciências Humanas. Nestas ações não se pode apresentar um critério de eficácia, devido a que as consequências do exercício da liberdade nunca são totalmente previstas (não se podendo chamar, por esse motivo, efeitos) e, portanto, pode-se ter certo controle sobre a ação, mas nunca sobre seu resultado, dada a complexidade que deriva da interação entre as ações de distintos sujeitos.

No entanto, parece-nos de vital importância assinalar que isso não impede que nessas ações também se possa falar de racionalidade meios-fins, embora, é obvio, em um sentido diferente ao já assinalado. Portanto, a casualidade eficiente tem que ficar descartada. Mas, não obstante, a ação humana tem uma razão de ser, pois, de outro modo, não teria sentido a decisão, a deliberação humana. Esta é um processo pelo qual uma pessoa escolhe uma ou outra ação e um modo ou outro de realizá-la tendo visando alguns fins e estes são, portanto, a razão de ser de seu obrar. A isto se chama causalidade final. Podemos dizer que, enquanto as Ciências Naturais estão ligadas à causalidade eficiente, as Ciências Humanas têm uma vinculação com a causalidade final. Esta consiste em tentar descobrir o sentido.

Portanto, as Ciências da Natureza, vinculadas à concepção empírico-positiva, querem dominar o como de uma racionalidade meios-fins entendida da causalidade eficiente, e as Ciências Humanas, através da concepção interpretativa, tentam descobrir o para quê uma racionalidade médios-fins entendida de uma causalidade final. Enquanto o como pretende descrever e explicar pormenorizadamente um fenômeno para poder repeti-lo e controlá-lo, o para quê aspira a descobrir o sentido de uma ação que nunca poderemos controlar, mas sim melhorar e aprofundar em sua compreensão.

1.4. Teoria

A teoria é um conjunto de proposições interligadas de uma forma lógica e sistemática que visam explicar e interpretar um fenômeno – é fruto da construção social. Ela é uma explicação sistemática de dados empíricos, via da regra, apresentados como um conhecimento confiante, por exemplo: Teoria da Relatividade ou da Conservação. A teoria tem as seguintes características principais: não descobre fenômenos, mas sim intepretá-os; a teoria cria-se para justificar e interpretar determinados factos, actos ou decisões; ela visa explicar os contornos dos dados empíricos da realidade empírica.

Por exemplo, a teoria de *Apartheid* consistia no desenvolvimento separado; teoria da escravatura; teoria de jogos etc.; as teorias não podem ser descobertas, porque não existem e são produtos da construção social; a teoria é um princípio demonstrável, mas não auto-evidente, porque é uma proposição que carece ser provado; algo não prático. Essencialmente, serve para especular, para explicar algo; sistematizar conhecimento – “especulação diferente da prática e dos factos”.

“Uma teoria é um conjunto de constructos (conceitos), definições e proposições relacionadas entre si, que apresentam um ponto de vista sistemático de fenômenos especificando relações entre variáveis, com o propósito de explicar e prever os fenômenos” (Kerlinger, 1975). Outros acrescentam que essas relações têm que ser causais: “uma teoria é um conjunto de proposições relacionadas sistematicamente que especificam relações causais entre variáveis” (Black e Champion, 1976). Segundo isto, é importante ter em conta três funções principais das teorias (Hernández Sampieri, Fernández Collado, Baptista Lucio, 1998): explicar porquê, como e quando ocorre um fenômeno; sistematizar ou dar ordem ao conhecimento que se dispõe dos fenômenos observados; prever, dadas determinadas condições. Esta terceira função é exclusiva para as Ciências Naturais.

As teorias científicas que têm como objecto a natureza têm que ser explicativas e preditivas e exigem dois momentos que poderíamos considerar complementares. A partir da observação chega-se a certas regularidades que se expressam em forma de leis empíricas e, depois, terá que se comprovar que essas leis expressam efetivamente as observações. A sistematicidade é uma característica diferenciadora do conhecimento científico frente ao conhecimento ordinário, e essa sistematicidade obtém-se graças às teorias. Mas, apesar de tudo, não é tão fácil o acordo entre o que é e o que não é ciência, o que a partir de Popper se conhece como o problema da demarcação. Este é um dos problemas principais com os quais se depara a epistemologia, junto à do desenvolvimento do conhecimento científico. Distintos autores têm proposto diferentes soluções a estes problemas. Embora não aprofundemos, sirva de exemplo como orientação para um posterior aprofundamento, o falseacionismo de Popper, o corte epistemológico de Althusser, o fechamento categorial de Bueno ou a criação de paradigmas de Kuhn como explicação do progresso científico.

1.5. Abordagem

A abordagem não é mais do que um rearranjo do conhecimento existente. Ela é a forma como algumas coisas se apresentam, mas não cria novo conhecimento. Os rearranjos não criam valor acrescentado ao conhecimento, mas dão outro prisma de análise. A abordagem é a forma como concebemos e vemos as coisas. Em termos práticos, trata-se da nossa perspectiva em relação ao mundo material. Portanto, a abordagem não é descoberta, mas sim criadas ou inventadas por alguém e é inflexível, na busca de solução para os problemas. Por exemplo, a violência pode ser abordada numa perspectiva biológica, psicológica ou ainda sociológica; a pobreza: pode ser explicada com base na perspectiva económica, sociológica, religiosa; as Relações Internacionais podem ser analisadas na perspectiva Idealista, Realista, Liberal, Estruturalistas, Construtivista.

CAPITULO 2

PESQUISA CIENTÍFICA

Nos cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento, exige-se, da parte do estudante, alguma actividade de pesquisa. De modo geral, esta actividade efetivamente tem sido mal compreendida quanto à sua natureza e finalidade por parte de alguns alunos e professores. Muito do que se chama de pesquisa não passa de simples compilação ou cópia de algumas informações desordenadas ou opiniões várias sobre determinado assunto e, o que é pior, nem sempre são referenciadas devidamente. O presente capítulo procura apresentar os contornos da pesquisa científica e indicar passos, métodos e técnicas para que ela seja objectiva e profícua.

2.1. Conceito Geral

No sentido amplo, pesquisa é procurar uma informação que não se sabe e que se precisa saber. Consultar livros e revistas, verificar documentos, conversar com pessoas, fazendo perguntas para obter respostas, são formas de pesquisa, considerada como sinónimo de busca, de investigação e indagação. Este sentido amplo de pesquisa opõe-se ao conceito de pesquisa como tratamento de investigação científica que tem por objetivo comprovar uma hipótese levantada, através do uso de processos científicos (Almeida Jr., 1988:102). Mas, o que é realmente uma pesquisa? Segundo Lakatos e Marconi (1987:15), “a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade, mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados através do emprego de métodos científicos.

Caixa: O Novo Conceito de Verdade e Certeza

O que é verdade? Na época do surgimento da filosofia, aceitava-se como verdade o que a tradição, as autoridades e os deuses determinavam. Ora, os primeiros filósofos buscaram um novo conceito de verdade — uma verdade tão bem fundamentada que ninguém pudesse refutá-la. Ela deveria libertar o povo da autoridade arbitrária dos deuses, reis, oligarcas e tiranos, assim como das profecias enigmáticas dos sacerdotes. A verdade procurada teria de ser um conhecimento definitivo, necessário e absoluto. Para um conhecimento ter tais características, deveria abranger tudo o que existe no universo. Logo, seria um conhecimento universal. A verdade precisaria ser universal, válida para todos. Uma verdade acima das particularidades, das raças, das nações, dos mitos regionais. Tomava-se consciência de que o homem almeja um conhecimento válido em todo o lugar. A mentalidade mítica imaginava que a qualquer momento poderiam surgir novos deuses, novos heróis, e, o que é pior, novos monstros com poderes sobre-humanos. O homem vivia, pois, inseguro e temeroso da vida e da morte. Ora, a filosofia, naquele momento, veio libertar o homem da insegurança e do temor: quem descobre a ordem universal não tem medo de nada, pois tudo está previsto. Nem os deuses podem contrariar a verdade total.

Pela primeira vez em toda a história da humanidade, o ser humano formula interpretações da realidade cuja fundamentação não está na tradição ou na conformidade com os dizeres míticos, mas na verdade argumentada da razão. É a filosofia. Até então, em todas as culturas, o homem submetia o seu pensar aos mitos. O filósofo grego, diferentemente, acreditava que tinha a capacidade para formular interpretações próprias da realidade. Estariam erradas as afirmações tradicionais que as negassem. A filosofia nasce, assim, com a convicção de que existem verdades humanas e universais que estão acima das críticas tradicionais. A busca da verdade filosófica

significa, portanto, libertar-se do despotismo da classe dominante. Pode-se perceber que, para criar um espaço na cultura grega, os filósofos buscam a verdade racional absoluta. Mas a história da filosofia ocidental irá demonstrar que essa verdade absoluta não existe. De fato, existem várias filosofias ligadas aos eventos históricos e aos diferentes interesses sociais.

A certeza é a adesão da inteligência ao conteúdo de um juízo que ela tem por verdadeiro. A certeza é a adesão firme e inabalável do espírito a uma verdade conhecida, sem receio de errar. A certeza supõe a manifestação completa da verdade, ou seja, a conformidade do enunciado em a realidade medida à evidência. Existem diversos tipos de certeza. A certeza imediata ou intuitiva resulta de percepção ou relação dos objectos, por exemplo, a contemplação, in locus, de um caderno; sua cor; seu tamanho. A certeza mediata ou discursiva deriva de outras certezas, por meio de demonstrações, por exemplo: ângulos internos do triângulo são iguais a dois ângulos rectos. A certeza espontânea ou empírica resulta da ausência de razões para duvidar; engloba a certeza prática que orienta a vida quotidiana. Exemplo: Todos nós sabemos onde se localiza Sto Agostinho. A certeza crítica ou intelectual resulta da impossibilidade de duvidar, depois de esgotadas todas as possibilidades de dúvida; é a certeza científica ou filosófica, por exemplo: a H_2O é formada por duas moles de Oxigênio e uma de Hidrogênio. A certeza tem a ver com a convicção da manifestação plena e completa da verdade e isto nos remete ao método normativo – “o que deve ser”. Tendo em conta este aspecto, pode-se encontrar vários tipos de certeza, tendo em conta o fundamento e a origem dos motivos conhecidos.

Fonte: Adaptado de Cordi, Cassiano et al. (2007:328), Para Filosofar, 5ª Edição Reformada, Scipione, São Paulo.

A pesquisa científica é uma actividade voltada para a solução de problemas. Pretende-se dar respostas as perguntas, através dos processos do método científico. Conforme o objeto de investigação a pesquisa pode ser classificada em experimental e descritiva, com suas várias subdivisões, destacando-se neste texto a pesquisa bibliográfica. “Toda a investigação nasce de observação cuidadosa de factos que necessitam de uma maior explicação. Esta é imaginada através da hipótese. Em seguida, procura-se verificar a veracidade da solução sugerida. Descoberta a explicação do fato, achada a relação de causalidade entre os fenômenos, formula-se a lei. É a tarefa da indução: aplicar a relação necessária descoberta a casos não observados da mesma espécie” (Pinto, 2001:58).

A pesquisa científica é desenvolvida através de diversas etapas, chamadas também de fases da pesquisa que vão da escolha do assunto, passando pela formulação do problema, estudos exploratórios, até a colecta, análise e interpretação de dados. Escolhido o tema, fixado seus limites e de posse recursos materiais e humanos fornecidos pelo projeto, a pesquisa, a rigor, ainda não começou. Pesquisar “é procurar responder, através de processos científicos, a dúvida e problemas que devem ser formulados. Só assim se desencadeia todo o processo da investigação” (Ibidem).

Os problemas levantados orientam a tarefa de reunir os documentos, instrumentos e materiais necessários à pesquisa. Antes de passar ao estudo através da leitura analítica e dos apontamentos, deve-se ter a certeza de que todos os documentos importantes foram identificados, localizados e fichados. Depois da identificação, localização e fichamento das fontes referentes ao assunto que está sendo pesquisado, o pesquisador passa para a etapa seguinte que é a coleta, análise e

interpretação de dados. Esta etapa é considerada a mais demorada e difícil, porque consistem na leitura, reflexão, análise, diferenciação, comparação e apontamentos. Elaboram-se as provas, os argumentos e a demonstração. Concluída esta etapa, a pesquisa, a rigor, está feita. Encontrou-se a resposta ao problema formulado. A resposta pode ser precária ou definitiva. Mas é uma resposta.

Para os iniciantes em pesquisa o mais importante deve ser a ênfase, a preocupação na aplicação do método científico do que propriamente a ênfase nos resultados obtidos. O objetivo dos principiantes deve ser a aprendizagem quanto à forma de percorrer as fases do método científico e à operacionalização de técnicas de investigação. À medida que o pesquisador amplia o seu amadurecimento na utilização de procedimentos científicos, torna-se mais hábil e capaz de realizar pesquisas (Barros e Lehfeld, 1986:88).

As pesquisas devem contribuir para a formação de uma consciência crítica ou um espírito científico do pesquisador. O estudante, apoiando-se em observações, análise e deduções interpretadas, através de uma reflexão crítica, vai, paulatinamente, formando o seu espírito científico, o qual não é inato. Sua edificação e seu aprimoramento são conquistas que o universitário vai obtendo ao longo de seus estudos, da realização de pesquisas e elaboração de trabalhos acadêmicos. Todo trabalho de pesquisa requer: imaginação criadora, iniciativa, persistência, originalidade e dedicação do pesquisador.

2.2. Tipos de Pesquisas Científicas

“O planeamento de uma pesquisa depende tanto do problema a ser estudado, da sua natureza e situação espaço-temporal em que se encontra, quanto da natureza e nível de conhecimento do pesquisador” (Köche, 1987:122). Isso significa que pode haver vários tipos de pesquisa. Cada tipo possui, além do núcleo comum de procedimentos, suas peculiaridades próprias. Não cabe, neste texto, enumerar todos os aspectos que a pesquisa possa abordar ou transcrever todas as classificações já apresentadas. A seguir será caracterizada a pesquisa bibliográfica, a experimental e os vários tipos de pesquisa descritiva.

O tipo de pesquisa está directamente relacionada aos objectivos traçados pelo pesquisador. As pesquisas procuram relacionar às diferentes classes às quais uma dada pesquisa pode pertencer. Assim sendo, quando seu objecto de estudo já se encontra prontamente definido, é chegado o momento de escolher quais procedimentos metodológicos serão utilizados para chegar a uma resposta, a uma definição, a partir daquilo que o pesquisador se propuser a analisar¹.

No intuito de tornar clara a presente elucidação, a partir do momento que o pesquisador (a) se dispõe a pesquisar acerca de um determinado assunto é porque este partiu de uma dada situação-

¹ <http://monografias.brasilecola.com/regras-abnt/pesquisas-exploratoria-descritiva-explicativa.htm>

problema passível de ser investigada. Dessa forma, constata-se que tal procedimento (pesquisa) representa um caminho cujo destino é a produção do conhecimento. Caminho esse que se for traçado de forma planejada e, conseqüentemente, bem executado, resultará na concretização dos objetivos pretendidos. Assim, ao falarmos em classes, torna-se fundamental que você compreenda que elas estão intrinsecamente relacionadas ao objeto a ser pesquisado, bem como às metas que se pretende alcançar. Então, enquadrar sua pesquisa na classe “x” ou “y”, significa, sobretudo, deixar explícitos os procedimentos que serão empregados na sua investigação científica.

2.2.1. Pesquisa Bibliográfica

De acordo com Lakatos e Marconi (1987: 66) a pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, em livros, revistas, jornal, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o mesmo. Por seu turno, Cervo e Bervian (1976:69) referem que “qualquer tipo de pesquisa em qualquer área do conhecimento, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação em questão, quer para a fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa”. Assim, afirma-se que a pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação e juntamente com a técnica de resumo de assunto ou revisão de literatura, constitui geralmente o primeiro passo de toda pesquisa científica. Por isso, os universitários devem ser incentivados a usarem métodos e técnicas científicas para realizá-la, tanto independente quanto como parte complementar de uma pesquisa descritiva ou de uma experimental.

2.2.2. Pesquisa Experimental

A pesquisa experimental é mais frequente nas ciências tecnológicas e nas ciências biológicas. Tem como objetivo demonstrar como e por que determinado fato é produzido (Almeida, 1996: 106-107). Portanto, na pesquisa experimental o pesquisador procura refazer as condições de um fato a ser estudado, para observá-lo sob controle. Para tal, utiliza o local apropriado, aparelhos e instrumentos de precisão para demonstrar o modo ou as causas pelas quais um fato é produzido, proporcionando assim, o estudo de suas causas e efeitos (Keller e Bastos, 1991:54).

2.2.3. Pesquisa Descritiva

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e ordena os dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, características, causas, relações com outros fatos. Assim, para coletar tais dados, utilizam-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e observação (Almeida, 1996:104). A diferença entre a pesquisa experimental e a pesquisa descritiva é que esta procura classificar, explicar e interpretar fatos que ocorrem, enquanto a pesquisa experimental pretende demonstrar o modo ou as causas pelas quais um fato é produzido. Não se pode afirmar que a pesquisa experimental vale mais do que a pesquisa descritiva. Ambas têm o mesmo mérito, desde que elas sejam científicas e que o tipo de pesquisa seja o mais adequado à natureza do problema analisado. Se, por um lado, a pesquisa experimental oferece maior rigor no controle,

tornando assim, os resultados preciosos, por outro, perde a espontaneidade, naturalidade e grau de generalização, que é bem maior na pesquisa descritiva.

“Muitas vezes em uma pesquisa se utilizam tanto a constatação quanto a manipulação de variáveis” (Köche, 1997:125). Entretanto, a pesquisa bibliográfica, por sua vez, como já foi vista anteriormente, é estritamente necessária para realizar tanto a pesquisa descritiva, qual seja o seu tipo, quanto a experimental. Deste modo, não se deve prescindir da análise teórica prévia para planejar os dois tipos de pesquisa. A pesquisa descritiva pode assumir diversas formas, entre as quais se destacam: documental, de campo, de opinião, de motivação, estudos exploratórios, estudos descritivos, estudo de caso e pesquisa histórica.

2.2.3.1 Pesquisa Documental

A pesquisa Documental é também chamada pesquisa de gabinete. Trata-se da pesquisa que efetua tentando resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego de informações retiradas de material gráfico e sonoro. O objetivo da pesquisa documental é recolher, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado fato, assunto ou idéia. De acordo com Lakatos e Marconi (1996:57), tais informações são provenientes de órgãos que as realizaram e englobam todos os materiais escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica. Podem ser encontrados em arquivos públicos e particulares, assim como em fontes estatísticas compiladas por órgãos oficiais e particulares. Incluem-se aqui como fontes não escritas: fotografias, gravações, imprensa falada (rádio e televisão), desenhos, pinturas, canções, objetos de arte, folclore etc.

2.2.3.2 Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo é um tipo de pesquisa em que se observa e coleta os dados diretamente no próprio local em que se deu o fato em estudo, caracterizando-se pelo contato direto com o mesmo, sem interferência do pesquisador, pois os dados são observados e coletados tal como ocorrem espontaneamente (Lakatos e Marconi, 1996:75).

2.2.3.3 Pesquisa de Opinião

A pesquisa de opinião consiste em procurar saber atitudes, pontos de vista e preferências que as pessoas têm a respeito de algum assunto, com o objetivo de tomar decisões. “Visa identificar a opinião de uma comunidade, constatar as falhas, descrever condutas e reconhecer interesses e outros comportamentos, para a tomada de decisões” (Almeida, 1996:105).

2.2.3.4 Pesquisa de Motivação

Para Almeida (1996:105), a pesquisa de motivação colecta e analisa razões do comportamento de um grupo ou comunidade, tendo como objetivo a identificação das mesmas, frente a uma situação peculiar.

2.2.3.5. Pesquisa Exploratória

Como o próprio nome indica, a pesquisa exploratória permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado. Nesse sentido, caso o problema proposto não apresente aspectos que permitam a visualização dos procedimentos a serem adotados, será necessário que o pesquisador inicie um processo de sondagem, com vistas a aprimorar ideias, descobrir intuições e, posteriormente, construir hipóteses.

Por ser uma pesquisa bastante específica, podemos afirmar que ela assume a forma de um estudo de caso, sempre em consonância com outras fontes que darão base ao assunto abordado, como é o caso da pesquisa bibliográfica e das entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado. Um exemplo prático de tal modalidade pode estar relacionado ao objetivo de um determinado pesquisador, cuja intenção se manifesta pela busca de uma resposta acerca da queda de um determinado produto no mercado. Assim sendo, de modo a concretizar seu objetivo, o pesquisador terá de aprofundar suas especulações e encontrar as reais causas da ocorrência de tal fenômeno.

A pesquisa ou estudo exploratório consiste no passo inicial de qualquer pesquisa pela experiência e auxílio que traz na formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas, contribuindo assim com a aquisição de embasamento para realizá-las. Os estudos exploratórios limitam-se a definir objetivos e buscar maiores informações sobre o tema em questão, familiarizando-se com ele, obtendo percepções do mesmo e descobrindo novas ideias, para utilizá-las em posteriores pesquisas.

2.2.3.6. Pesquisa Descritiva

A pesquisa descritiva tem por objetivo descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência. Esse tipo de pesquisa estabelece relação entre as variáveis no objeto de estudo analisado. Variáveis relacionadas à classificação, medida ou quantidade que podem se alterar mediante o processo realizado. Quando comparada à pesquisa exploratória, a única diferença que podemos detectar é que o assunto já é conhecido e a contribuição é tão somente proporcionar uma nova visão sobre esta realidade já existente.

Em síntese, a pesquisa descritiva, em suas diversas formas, trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade. A coleta de dados é uma das atividades da pesquisa descritiva e utiliza diversos instrumentos: observação, entrevista, questionário e formulário. Porém, a coleta e o registro de dados não constituem, por si só, uma pesquisa. É apenas uma etapa. A pesquisa, seja qual for o tipo, resulta da execução de várias tarefas, desde a escolha e delimitação do assunto até o relatório final.

2.2.3.7. Pesquisa Explicativa

Considera-se ser este o tipo de pesquisa que explica a razão, o porquê dos fenômenos, uma vez que aprofunda o conhecimento de uma dada realidade. Assim, pelo fato de esta modalidade estar calcada em métodos experimentais, ela se encontra mais direcionada para as ciências físicas e naturais. Mesmo que a margem de erros represente um fator relevante, sua contribuição é bastante significativa, dada a sua aplicação prática. Em face dessas características, pode-se dizer que a pesquisa explicativa geralmente utiliza as formas relativas à pesquisa experimental. Por exemplo, a partir de um objeto de estudo, no qual se identificam as variáveis que participam do processo, bem como a relação de dependência existente entre estas variáveis. Ao final, parte-se para a prática, visando à interferência na própria realidade.

2.3. Métodos e Técnicas

A investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (Gil, 1999:26) para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos. Método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Os métodos que fornecem as bases lógicas à investigação (Gil, 1999; Lakatos e Marconi, 1993).

2.3.1. Método Científico

O método é a ordem que se deve impor aos diversos processos necessários para atingir um resultado desejado, constituído de um conjunto de técnicas que formam os passos do caminho a percorrer na busca da verdade. O método científico é um dispositivo ordenado, um conjunto de procedimentos sistemáticos que o pesquisador emprega para obter o conhecimento adequado do problema que se propõe resolver (Pinto, 2001:58).

O método científico é entendido como o conjunto de processos orientados por uma habilidade crítica e criadora voltada para a descoberta da verdade e para a construção da ciência hoje, a pesquisa constitui seu principal instrumento ou meio de acesso. É o que ocorre na definição de pesquisa tida como a atividade que, partindo de problemas, busca soluções através do emprego do método científico.

O método científico e a pesquisa são duas realidades que, muitas vezes, se confundem embora sejam formalmente distintas. Enquanto a pesquisa não pode prescindir do método científico, este é também empregado em outras modalidades de estudo e de busca de conhecimentos que, rigorosamente, não podem classificar-se como pesquisa.

2.3.1.1. Método de Observação

2.3.1.2. Método Dedutivo

O método dedutivo foi proposto pelos racionalistas Descartes, Spinoza e Leibniz que pressupõe que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro. O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chega a uma conclusão. Usa o silogismo, construção lógica para, a partir de duas premissas, retirar uma terceira logicamente decorrente das duas primeiras, denominada de conclusão (Gil, 1999; Lakatos e Marconi, 1993). Por exemplo, de uma premissa maior “Todo homem é mortal”, conjugada com a premissa maior “Pedro é homem” chegasse à conclusão de que “Pedro é mortal”.

2.3.1.3. Método Hipotético-Dedutivo

Este método foi proposto por Karl. O método hipotético-dedutivo consiste na adoção da seguinte linha de raciocínio: “quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar a dificuldades expressas no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses. Das hipóteses formuladas, deduzem-se consequências que deverão ser testadas ou falseadas. Falsear significa tornar falsas as consequências deduzidas das hipóteses. Enquanto no método dedutivo se procura a todo custo confirmar a hipótese, no método hipotético-dedutivo, ao contrário, procuram-se evidências empíricas para derrubá-la” (Gil, 1999: 30).

2.3.1.4. Método Indutivo

O método indutivo foi proposto pelo empirista Bacon, Hobbes, Locke e Hume. Considera que o conhecimento é fundamentado na experiência, não levando em conta princípios preestabelecidos. No raciocínio indutivo a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações (Gil, 1999; Lakatos e Marconi, 1993). Por exemplo, da premissa “Antônio é mortal. João é mortal. Paulo é mortal”, conjugada com a premissa “Carlos é mortal”, chega-se a conclusão de que se Antônio, João, Paulo e Carlos são homens, “todos os homens são mortais”.

2.3.1.5. Método Histórico

De acordo com Lakatos e Marconi (2007:106-107), “o método consiste em investigar os acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma actual através de alterações de suas partes componentes”. Para Fernandes e Bambo (2009: 32-33), o método histórico é o método que nos

permite estabelecer relação de causalidade entre os fenómenos Sociais, Políticos, Económicos e Culturais no tempo.

Por seu turno, Gil (2008: 17), “o método histórico consiste em investigar acontecimentos do passado, processos e instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade actual”. Vieira (2010:34) defende que, o método histórico consiste em investigar as causas históricas que conduziram a uma realidade presente, procurando entender como as instituições do passado moldaram a realidade, em cada estágio da história.

2.3.1.6. Método Comparativo

O método comparativo, segundo Marconi e Lakatos (2009:92), “consiste na realização comparações com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências”. Fernandes e Bambo (2009:32-33) pontuam que este método “consiste em classificar por categorias, dados referentes á múltiplos fenómenos sociais, culturais, políticos e económicos a fim de serem apreciadas as diferenças ou descobertos as características comuns”.

2.3.1.7. Método Monográfico

De acordo com Silva e Menezes (2005:21), o método monográfico também é conhecido como Estudo de Caso e envolve uma análise e estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objectos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento. Para Lakatos e Marconi (1979:28), este método consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. No trabalho, o método permitiu fazer o estudo do processo de resolução dos conflitos em Moçambique, Lesotho, Argentina e Chile, onde as instituições religiosas desempenharam um papel fundamental na resolução dos mesmos.

2.3.1.8. Método Fenomenológico

O método dialético foi preconizado por Husserl. Este método fenomenológico não é dedutivo nem indutivo. Preocupa-se com a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Então, a realidade não é única: existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. O sujeito ou actor é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento (Gil, 1999; Triviños, 1992). Empregado em pesquisa qualitativa.

2.3.1.9. Método Estatístico

2.3.1.10. Método Dialéctico

O método dialéctico fundamenta-se na dialética proposta por Hegel, na qual as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que passam a requerer solução. É um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, etc. Empregado em pesquisa qualitativa (Gil, 1999; Lakatos e Marconi, 1993).

2.3.2. Técnicas de Pesquisa

De acordo com Fernandes e Bambo (2009:34), técnicas de investigação constituem conjunto de processos que funcionando como instrumento de trabalho, permite-nos pesquisar, recolher e trazer determinadas informações com vista a obtenção de determinados resultados. Por seu turno, Marconi e Lakatos (2009: 111) referem que as técnicas de pesquisa são consideradas um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência para desvendar os fenómenos. As técnicas de pesquisa envolvem um conjunto de habilidade para usar os preceitos ou normas com o intuito de obter os próprios resultados numa determinada pesquisa. Trata-se de instrumentos técnicos que auxiliam a pesquisa na colecta de dados.

2.3.2.1. Pesquisa Documental

De acordo com Gill (1999)², citado por Silva e Menezes (2001:23), esta técnica consiste na recolha de dados sobre o um dado tema de pesquisa. Para Lakatos e Marconi (1979:29), esta técnica consiste na recolha e revisão das fontes secundárias Esta técnica ajuda a fazer a recolha e a selecção de fontes secundárias que tornaram possível o desenvolvimento do trabalho tais como: obras, encíclicas, revistas e artigos científicos que versem sobre a problemática em estudo. Por sua vez, Veiga (2009:22) refere que a pesquisa documental denomina-se a técnica de pesquisa que consiste na colecta de dados em documentos escritos que podem ser recolhidos no momento em que o facto está a acontecer ou depois de se sucederem.

2.3.2.3. Entrevista

A entrevista é uma técnica, segundo Silva e Menezes (2001:33) que visa à obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema. Para Goode e Hatt (1969:237)³ citado por Lakatos e Marconi (2009:279), a entrevista consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de um certo acto social comum à conversação.

² Gill, António Carlos, (1999), *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*, Edições Atlas, São Paulo.

³ Goode, William e Hatt Paul (1969), *Métodos em Pesquisa Social*, 2ª Edição, Editora Nacional, S. Paulo.

Por outras palavras, a técnica da entrevista significa a recolha de informações a partir de uma fonte primária por via de conversação. A entrevista permite a obtenção de informações acerca do tema, através de contactos com entidades e personalidades com experiência ou especialistas da área em pesquisa.

Para Gil (1999:118), “a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social e estes dados, são susceptíveis de classificação e quantificação”. Na perspectiva de Veiga (2009:36), a entrevista é uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é obtenção de informações de pesquisa de um determinado assunto.

Dias (2009:40) distingue a entrevista em entrevista informal tendo em conta o nível de liberdade de pergunta e resposta no acto. Na entrevista informal há bastante liberdade com relação às perguntas e resposta, entre o pesquisador e o entrevistado, enquanto na entrevista formal, em que o pesquisador selecciona as perguntas e define respostas possíveis por cada pergunta (em alguns casos, as perguntas do questionário podem conter espaço para observações adicionais do entrevistado).

2.4. Fases da Elaboração da Pesquisa

A pesquisa científica é um processo. Todavia, ela não é um processo linear, mas sim um processo cíclico que pode começar com a leitura de um texto em uma fase avançada do estudo pode levar-nos a questionar maneiras em que tenhamos conceitualizado e operacionalizado uma variável e isso, por sua vez, pode supor voltar para campo de estudo, a procurar novos dados, que analisaremos e interpretaremos com o resto da informação produzida. O ponto final da pesquisa constitui apenas o encerramento parcial de um processo que, na medida em que se difunda, apresenta, discuta, certamente sairá enriquecido.

De acordo com MacMillan e Schumacher (2005:16), de maneira geral, a pesquisa científica é uma sequência orientadora, que se vai modelando em função do caminho que toma a pesquisa e das características das pessoas que a conduzem seguindo as seguintes fases:

- **Nascimento da Ideia de Pesquisa:** como parte de uma inquietação, uma necessidade, uma encomenda ou qualquer outra circunstância que leve o pesquisador a pensar em empreender uma pesquisa. A fonte que origine a ideia do pesquisador pode ser a mais insuspeitada. Nisso abundaremos em capítulos seguintes, mas, por exemplo, pode ser justamente uma situação problemática advertida em seus contextos próximos: profissional, laboral, formativo.
- **Eleição do Tema:** ideia inicial do pesquisador se inscreve em um tema amplo ou em um conjunto deles, dos quais, depois de analisar bem o que deseja, escolherá o definitivo. Este processo, que costuma ser uma cotação da ideia, supõe realizar uma busca inicial -

leituras, consultas- que nos permita descobrir a novidade ou pertinência de sua abordagem. Realizamos aqui uma primeira revisão bibliográfica, que tem um caráter de leitura flutuante. Sua intenção é elaborar uma aproximação ao tratamento do tema que estamos expondo, para perceber até onde é um tema novo ou se, pelo contrário, já foi amplamente tratado. Recordemos que uma pesquisa científica procura preencher um vazio de conhecimento: se se tratar de um tema muito conhecido, pode ser que caiamos na clássica postura de “chover sobre o molhado”. O que limitaria sem dúvidas o valor de nosso trabalho.

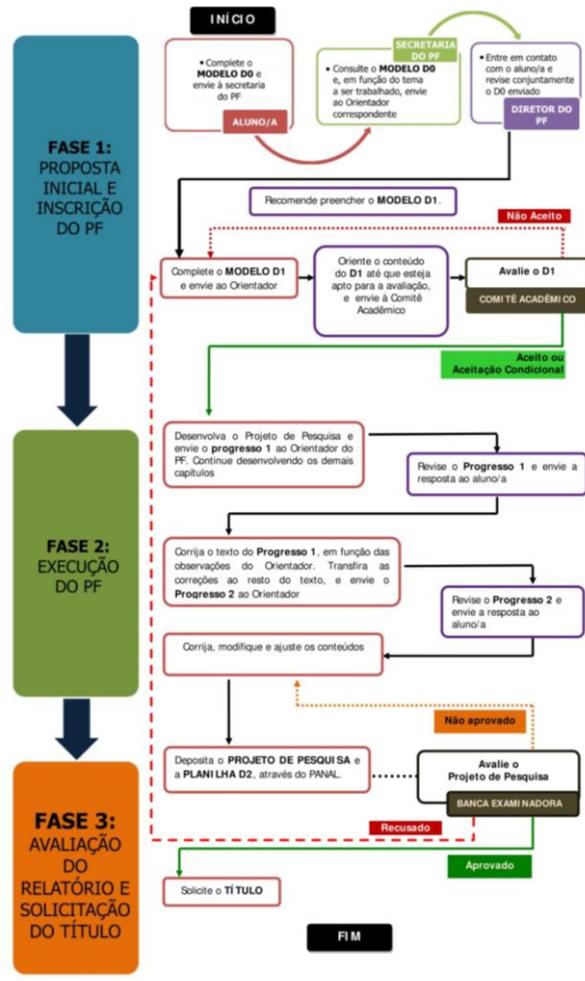
- **Definição do Problema, os Objetivos, Perguntas e Hipótese de Trabalho:** aqui o pesquisador tem que tomar uma posição pessoal, um risco calculado ao avaliar o problema que se está expondo e concretizá-lo, em caso de ser necessário. Para isso, apoia-se nas leituras que realizou como parte da eleição do tema, que lhe permitiram situar-se no campo de estudos que abordará, a partir de sua pesquisa. Não obstante, com uma imersão mais profunda na bibliografia, é possível que o problema de pesquisa sofra outras modificações. As perguntas, como seu nome o indica, são interrogantes vinculados aos objetivos específicos, que servem como guia durante o processo de trabalho. Por sua parte, as hipóteses são possíveis respostas ao problema de pesquisa e, neste sentido, proporcionam-nos caminhos de pesquisa. As hipóteses servirão para relacionar duas ou mais variáveis, e serão medidas ao longo da pesquisa. Diferente deste caso, nas pesquisas de caráter mais qualitativo, alguns autores falam de hipótese de trabalho, que se vão modificando ao longo do estudo. É pertinente traçar uma linha de união entre tema, título, problema, objetivos, perguntas e hipótese. Isto ajudará a descobrir inconsistências e desajustes, já que entre estas partes deve existir uma coerência clara.
- **Construção do Enquadramento Teórico:** esta etapa é vital em qualquer pesquisa e chave para as etapas de desenho metodológico, análise e interpretação da informação. Permite elaborar o contexto teórico da pesquisa, ao elaborar um estado da arte dos termos fundamentais do problema de pesquisa. Supõe uma revisão profunda na literatura (impressa e/ou digital), centrada nestas categorias, processos, variáveis chaves. Como assinala Hernández Sampieri et al. (2003), a revisão da literatura consiste em detectar, obter e consultar a bibliografia e outros materiais que podem ser úteis para os propósitos do estudo, assim como em extrair e recolher a informação relevante e necessária que corresponde a nosso problema de pesquisa (disponível em distintos tipos de documentos). Embora em uma fase da pesquisa nos focalizemos na construção do enquadramento teórico, é uma actividade que se mantém durante toda a pesquisa: fecha-se com o estabelecimento das conclusões do estudo.
- **Desenho da Estratégia Metodológica:** uma vez que definimos o que pesquisar e contamos com um estado da arte sobre o tema, entramos na estratégia metodológica. Esta inclui a definição do desenho de pesquisa e a definição operacional das variáveis do

estudo e sua medição. A definição operacional responde à pergunta: como vamos medir isso que definimos conceitualmente. Daí que a estratégia metodológica se centre na definição operacional das variáveis do estudo, especificando os indicadores de medição para cada uma delas. A partir daqui, selecionamos ou elaboramos os métodos, técnicas e instrumentos que nos permitirão conhecer essa realidade que estamos pesquisando, assim como definimos a amostra ou grupo de sujeitos com os quais trabalharemos, em caso de pesquisas do campo das ciências sociais, ou unidades amostrais afins aos objetos de estudo em outras disciplinas. Como parte da estratégia metodológica, temos também que definir os procedimentos para a análise da informação recolhida. Esta é outra das interrogações que temos que formular e responder nesta fase de desenho metodológico: como vamos processar a informação recolhida? Que procedimentos serão empregados?

- **Recolha dos Dados ou Trabalho de Campo:** realiza-se mediante procedimentos metodológicos que definimos no momento anterior, de acordo com a natureza do problema. É primordial ter em conta a validade e confiabilidade dos mesmos.
- **Análise e Interpretação dos Dados:** a partir dos procedimentos de análise definidos na estratégia metodológica, processamos toda a informação produzida no âmbito de nosso trabalho. Para a análise dos dados podemos recorrer a tabelas, figuras, diagramas ou qualquer tipo de representação que favoreça uma fácil interpretação do que se conseguiu ao longo do estudo e uma vez terminado o mesmo.
- **Elaboração do Relatório ou Memorial de Pesquisa:** convém ter pensado que tipo de relatório vai se apresentar, a quem vai dirigido e a formação dos leitores. Em função deste dado, ajustará-se o discurso. Sem esquecer dar resposta, como é óbvio, às colocações gerais realizadas. Embora nesta descrição das etapas de um processo de pesquisa colocamos a elaboração do relatório ao final, geralmente, os autores começam a escrita em etapas prévias. Por exemplo, quando se constroi o enquadramento teórico, redige-se um primeiro rascunho desta seção, embora não se tenha ainda realizado o trabalho de campo, nem a análise dos resultados.

Algo que define o processo de pesquisa é seu planeamento. Embora tenhamos que aceitar a incerteza, especialmente naqueles estudos desenhados a partir de um paradigma indutivo. Do mesmo modo, temos que ser capazes de captar o emergente, aquilo que inicialmente não havíamos previsto, e incorporá-lo ao processo de trabalho. A pesquisa deve ser sempre atrativa, estimulante, reflexiva e uma provocação para o pesquisador que, ao mesmo tempo em que se introduz na e conhece a realidade pesquisada, irá desenvolvendo competências para levar realizar todo o processo de pesquisa.

Figura: Diagrama Sobre Fases da Pesquisa no ISCTAC



(Autores: 2014)

CAPÍTULO 3

PROJECTOS DE PESQUISA

3.1. Conceito Geral

3.2. Estrutura

Definição do Tema

Como assinalam Sabariego e Bisquerra (2004), o interesse em um tema é o ponto de partida de toda pesquisa científica. Este tema é determinado pela experiência pessoal, por leituras realizadas, por materiais audiovisuais, internet ou qualquer outra Tecnologia da Informação e a Comunicação, por uma palestra ou conferência, uma observação ou, de maneira geral, uma ideia ou ocorrência qualquer. De acordo com Sierra Bravo (2003), a escolha do tema determina a área científica e a questão específica a que vai se referir a pesquisa. Entretanto, isso não significa que seja tarefa fácil, pois é preciso oferecer uma resposta ao que se vai pesquisar e ao que se vai procurar.

Na definição do tema, procura-se citar de modo claro, objectivo e preciso o tema do trabalho, indicando o ponto de vista sob o qual será focado no desenvolvimento do mesmo. O tema pode ser apresentado na forma de problema ou indagação, levantando-se uma ou mais questões cuja resposta deverá ser respondida no decorrer da exposição.

Delimitação Espacial e Temporal

A delimitação temporal e espacial do tema é importante que ao fazer trabalhos tanto teóricos quanto voltados para atividades práticas, estabeleça limites no tempo e no espaço. Assim, deve-se situar o tempo e espaço em que o tema será estudado porque se torna impossível conhecer e analisar dados referentes a um período muito longo ou área muito extensa (Marconi, 2000:80).

Contexto

O contexto trata-se da situação prevalecente em que o estudo ocorre.

Justificativa da Escolha do Tema

A justificativa da escolha explicar as razões de ordem teórica e os motivos de ordem prática que levaram o autor do trabalho a estudar tal tema específico e não outro qualquer; ou que tornaram importante a realização do mesmo (Marconi, 2000:40-41). Portanto, deve-se mostrar a importância e a relevância do estudo deste tema para a ciência e para o próprio autor do trabalho,

com criatividade e capacidade de convencer sobre a importância do mesmo no campo da teoria existente. Deve-se mostrar também qual a contribuição que tal estudo pretende proporcionar para o problema abordado

Qualquer pesquisa necessita de ser justificada *as razões que motivam o estudo*. A maioria das pesquisas é efetuada com um propósito definido; não se faz simplesmente por capricho de uma pessoa; e esse propósito deve ser suficientemente grande para que se justifique a realização. Além disso, em muitos casos, deve-se explicar diante uma ou várias pessoas por que é conveniente realizar a pesquisa e quais os benefícios derivados dela. Um estagiário, por exemplo, deve explicar a um comitê escolar o valor do trabalho que pensa realizar. O pesquisador universitário fará o mesmo, mas a um grupo de pessoas que, em sua instituição, aprova projetos de pesquisa, inclusive a seus colegas. Um assessor deve explicar a seu cliente as recompensas que se obterão de um determinado estudo. Da mesma forma, o subordinado que se propõe a uma pesquisa deverá dar razões da utilidade desta a seu superior. O mesmo ocorre em quase todos os casos.

Os critérios para avaliar o valor potencial de uma pesquisa. Obviamente, uma pesquisa pode ser conveniente por diversos motivos: talvez ajude a resolver um problema social ou a construir uma nova teoria. O que alguns consideram que é relevante e deve ser pesquisado, para outros não é. A opinião das pessoas pode ser diferente a este respeito. Entretanto, pode-se estabelecer uma série de critérios para avaliar a utilidade de um estudo proposto, critérios que evidentemente são flexíveis e de maneira nenhuma exaustivos. A seguir, mostram-se alguns desses critérios, formulados como perguntas, os quais foram adaptados de Ackoff (1953) e Miller (1977). Podemos dizer que, quanto maior for o número de respostas positivas e satisfatórias, mais sólida será a pesquisa no quesito justificativa de sua realização.

Problema

O problema a ser investigado é o principal focus do trabalho de investigação, ao qual se pretende dar uma solução com o trabalho de investigação. O problema deve ser identificado de forma clara. Ele deve ser expresso numa única frase interrogativa no final reflectindo o objectivo geral e o tema central do trabalho. A pergunta a investigar deve ser formulada de forma precisa e sem ambiguidades, pois serve de apoio para uma melhor compreensão do problema a ser investigado. Quando a pergunta a investigar é mal formulada poderá levar o investigador a perder focus no trabalho de investigação, e a formular erradamente as hipóteses de trabalho a serem consideradas.

A formulação do problema é um momento relevante no processo, dado que condicionará as definições posteriores para continuar o processo. O facto é que qualquer pesquisa é precedida da existência de um problema, uma situação que requer uma resposta ou solução, um hiato de conhecimento a que se pretende responder, seja teórico ou metodológico ou prático, em função

de tratar-se de uma pesquisa básica ou aplicada. Nenhuma pesquisa científica pode ser feita se não se expuser um problema. O conceito de problema adquire variações diversas conforme as definições coletadas e a formação dos autores que fazem tais definições. Por ser um termo de uso popular, sua aceção no marco da metodologia da pesquisa merece uma distinção.

Objectivos do Estudo

“A formulação dos objetivos significa definir com precisão o que pretende com este trabalho, o que propõe fazer, que aspectos pretende analisar no desenvolvimento do assunto” (Marconi, 2000:80). Os objetivos “referem-se ao propósito do estudo, dando informações claras sobre o que pretende alcançar com a realização da pesquisa” (Marcantonio, Santos e Lehfeld, 1993:75).

Grande parte da bibliografia consultada quase não se aprofunda na colocação e formulação dos objetivos. Alguns autores só os citam sem os abordar realmente. Entretanto, todas as pesquisas se apoiam em objetivos, que aparecem nos projetos e nos memoriais/relatórios de pesquisa, a que se recorre como referência dos demais elementos que configuram o processo seguido. De maneira especial, os resultados e conclusões finais.

Para o pesquisador, é de grande utilidade - especialmente se for novato - conhecer não só a relação entre estes elementos e o tipo de pesquisa, mas também como saber formulá-los adequadamente.

Nesse sentido, Sabariego e Bisquerra (2004) propõem uma tipologia de pesquisas baseada em sua relação com o tipo de objetivo: explicativas: provar teorias, comparar ou verificar hipóteses, confirmar relações entre variáveis e antecipar ou predizer fenômenos; descritivas ou exploratórias: identificar e descrever características que levam a induzir conhecimento e de caráter aplicado: procuram a resolução de um problema prático.

Segundo Cardona (2002), os objetivos podem ser exploratórios (descritivos), analíticos (explicativos ou preditivos). Os primeiros aproximam o pesquisador do estudo de problemas pouco conhecidos, enquanto os analíticos estudam a relação entre uma causa e um efeito. Essas diferentes proposições dos objetivos buscam dar resposta à natureza dos enfoques ou paradigmas de pesquisa, cada um dos quais contribui com sua própria personalidade em função do objeto de estudo. Têm-se, dessa forma, objetivos mais amplos e generalizáveis em pesquisas quantitativas; enquanto nas que apresentam um corte mais qualitativo, estes serão particulares e próximos a situações e contextos específicos.

A definição de objetivos é sempre em infinitivo. Utilizam verbos de o tipo comprovar, estabelecer, identificar, recolher, indagar, procurar, etc. Quer dizer, são operacionais e implicam ação, além de: incluir as pessoas que executarão as tarefas; indicar o que se pesquisará; delimitar as partes pesquisadas e apontar para onde e para que se realiza a ação pesquisadora. Em certas

ocasiões, os objetivos e hipóteses se confundem, não quanto à formulação, mas aos conteúdos. Para evitar isso, é conveniente levar em consideração o caráter descritivo de uns, frente ao caráter relacional das hipóteses. A partir daí se deve estabelecer uma estreita relação entre ambos com a finalidade de conhecer com clareza o que se deseja realizar com o passar do estudo.

Chegado a este ponto, propõe-se ao pesquisador a pergunta de quantos objetivos ele deve definir. Para Buendía, Colás e Hernández (1997), existe um objetivo geral, que tem caráter muito ampla e expressa o que o pesquisador vai fazer, e os objetivos específicos que concretizam mais as tarefas. Na definição de *objetivos específicos*, é fundamental ter uma sequência lógica na pesquisa e prescindir de aspectos triviais que se supõe que vão ser conseguidos. Da mesma forma, serão ações diferentes umas de outras, que marcarão etapas e sugerirão metodologias específicas de trabalho. Em caso contrário, serão inoperantes e não servirão para nada. Ao final, estes objetivos darão resposta ao objetivo geral.

Hipóteses de Trabalho

As hipóteses de trabalho só serão correctamente formuladas se primeiramente forem identificadas de forma clara as variáveis em questão, e a relação entre elas. Uma vez que tenhamos o problema formulado, devem-se indicar possíveis soluções ou explicações para essa situação problemática. As hipóteses são precisamente cada uma dessas possíveis soluções ao problema proposto. Uma hipótese pode expor uma simples descrição do que ocorre, por exemplo, “neste centro existe um problema de desmotivação que ocasiona os conflitos”. Pode também expressar uma relação entre a situação e a possível solução (exemplo: “uma motivação adequada reduz os conflitos no centro”). Também pode sugerir a possível intervenção para solucionar o problema (exemplo: “a motivação dos alunos através de incentivos pode reduzir os embates com os professores”).

Em qualquer caso, a hipótese deve incluir informação sobre a situação que se está pesquisando, as variáveis envolvidas na explicação, a relação entre essas variáveis e o sentido da explicação que se está oferecendo. Os exemplos anteriores referem-se sempre a hipóteses conceituais. Um possível passo seguinte consiste em elaborar hipóteses operacionais. Uma hipótese se operacionaliza quando se concretizam as variáveis que a compõem.

Em alguns casos, pode-se também enunciar hipóteses estatísticas. Trata-se de um caso particular de hipóteses sobre as quais se realiza algum tipo de comparação estatística que tem, conseqüentemente, uma expressão matemática. Nesse contexto, fala-se de hipótese nula e de hipótese alternativa. A hipótese nula é a que se submete à prova, a que se rejeita ou não em função do resultado da comparação estatística. Esta hipótese se expressa sempre em forma de igualdade ($a = b$). A hipótese alternativa, por sua parte, não se compara, mas convém levá-la em conta porque, ao rejeitar a nula, se converte em uma consequência plausível.

Questões de Pesquisa

Após a formulação do problema e praticamente como uma prolongação deste, o pesquisador enfrenta uma série de questões que contribui para abrir-lhe o campo de trabalho, mas que, ao mesmo tempo, lhe geram dúvidas nesses primeiros momentos. Em determinadas ocasiões, podem criar um impedimento para conhecer com clareza os passos que deve dar. É preciso que ele seja capaz de ir continuamente melhorando a elaboração dessas perguntas, priorizando, especificando e afinando o conteúdo delas de acordo com o título, o problema subsequente e, posteriormente, os objetivos fixados. Dependendo do tipo de pesquisa a que o problema dá oportunidade e do tipo de ação buscada, as perguntas podem ser diferentes, sabendo que não existe uma norma que deve ser seguida em todos os casos.

As questões de pesquisa podem ser de natureza diversa e implicam uma concepção diferente de pesquisa em cada caso (McMillan e Schumacher, 2005): descritivas – como se depreende do nome, estão unidas a pesquisas deste tipo e costumam responder à pergunta: "o que é?", ainda que não seja habitual que estes termos sejam empregados nas perguntas de pesquisa, devido ao fato de que as pesquisas são dirigidas a opiniões ou percepções relacionadas com a prática de aspectos particulares. Alguns exemplos são: Qual é a opinião dos professores a respeito das competências básicas? Ou: quais são as necessidades de formação dos professores de Educação Primária em relação com a ação tutorial? De relação – traçam a relação entre duas ou mais variáveis, o que leva o pesquisador a uma elaboração de tipo correlacional. Esta direção do processo supõe especificar bem o texto e ampliar, se preciso, a definição de cada variável. Os estudos preditivos possuem relações entre variáveis. Exemplo: Que relação existe entre estilo de aprendizagem e pensamento divergente entre os estudantes de primeiro ano da universidade? A pergunta expõe a relação entre variável estilo de aprendizagem e criatividade. Para envolver a predição, pode-se formular outro exemplo: Qual é a influência da nota média de acesso à universidade e a percepção de êxito do aluno? De diferença – este tipo de perguntas propõe se há diferenças entre dois ou mais grupos, dois ou mais tratamentos ou dois conjuntos. Quer dizer, quando se comparam duas ou mais observações. Por exemplo: Existem diferenças entre as pontuações do pré-teste e pós-teste de uma prova de compreensão de leitura? Como apreciação final, é conveniente não esquecer a natureza das perguntas de pesquisa na sustentação de todo o processo, introduzindo o mesmo e dando as diretrizes que permitirão escolher acertadamente o tipo de projeto, expor os objetivos e formular as hipóteses.

Metodologia

Metodologia da Pesquisa trata-se de esclarecer a forma que foi utilizada para a análise do tema ou do problema proposto. Em pesquisas descritivas e experimentais se detalha os principais procedimentos, técnicas e instrumentos utilizados na coleta de dados, de tal maneira que se tenha

uma visão dos elementos necessários para poder compreender, identificar e avaliar os procedimentos utilizados no trabalho (Koche, 1977:145).

Enquadramento Teórico

Quando se tem traçado o problema de pesquisa (quer dizer, que se possuem objetivos e perguntas) e quando, além disso, se avaliaram sua relevância e viabilidade (justificação da pesquisa), o seguinte passo consiste em sustentar teoricamente o estudo, etapa que alguns autores chamam “elaborar o enquadramento teórico”. Elaborar o marco teórico implica analisar e expor aquelas teorias, enfoques teóricos, pesquisas e antecedentes em geral que se considerem válidos para o correto enquadramento do estudo (Rojas, 1981).

O enquadramento teórico cumpre diversas funções dentro de uma pesquisa, entre as quais destacam as seguintes: ajuda a prevenir os erros que se cometeram em outros estudos; orienta sobre como se deverá realizar o estudo. De fato, ao ir aos antecedentes, podemos dar conta de como foi tratado um problema específico de pesquisa (que tipos de estudos se efetuaram, com que tipo de sujeitos, como se compilaram os dados, em que lugares se realizaram que desenhos se utilizaram); amplia o horizonte do estudo e guia o pesquisador para que este se centre em seu problema evitando separações da colocação original; conduz ao estabelecimento de hipótese ou afirmações que mais tarde terão que submeter-se a prova na realidade; inspira novas linhas e áreas de pesquisa (Yurén Camarena, 1980) e provê de um marco de referência para interpretar os resultados do estudo.

Resultados Esperados

Constituem o conjunto de outputs que são esperados como sendo a materialização dos objetivos traçados para a materialização da pesquisa. Os resultados esperados são os fins que o pesquisador elenca para alcançar com uma determinada pesquisa, ou seja, é todo o conjunto de informação que o pesquisador espera adquirir depois de regressar do campo da pesquisa.

Referências Bibliográficas

As referências bibliográficas constituem o conjunto de fontes consultadas para a elaboração da o trabalho. Segundo Dankhe (1986, citado por Sampieri, 1991), as fontes de informação que nos proporcionarão o material para elaborar o enquadramento teórico podem ser:

- **Fontes Primárias:** toda busca bibliográfica tem por finalidade chegar à fonte primária, embora antes seja possível consultar uma secundária ou terciária. Fontes primárias podem ser: livros, artigos científicos em livros ou em publicações periódicas, ou revistas, teses, exposições apresentadas em Congressos ou foros científicos, filmes, documentários, material audiovisual.

- **Fontes Secundárias:** são listas de fontes primárias, estruturadas a partir de uma referência bibliográfica, que podem estar acompanhados de um resumo ou texto descritivo da fonte primária. É um segundo nível de informação, que se apoia em um processamento da fonte primária. Fontes secundárias podem ser: listas de referências bibliográficas, compêndios de resumos. Por vezes, quando fazemos buscas na Internet, acessamos fontes secundárias: a informação que nos é apresentada é, basicamente, um resumo, e a referência daquele artigo ou livro que nos interessa. Contar com um resumo, além da referência bibliográfica, permite-nos afinar a seleção de fontes primárias que se têm que consultar.
- **Fontes Terciárias:** trata-se de documentos que compendiam nomes e títulos de revistas e outras publicações periódicas, assim como nomes de boletins, conferências, simpósios, empresas, centros de pesquisa e desenvolvimento, organismos internacionais vinculados às temáticas de pesquisa, etc. Além do contributo que fazem de fontes documentais válidas para revisar, são úteis para detectar fontes não documentais como organizações que realizam ou apoiam estudos, membros de associações científicas (quem pode assessorar em um campo em particular), instituições de educação superior, agências informativas e dependências do governo que efetuam pesquisas.

Geralmente, as fontes secundárias e terciárias são consultadas como um primeiro filtro de informação, que nos permita ir identificando fontes primárias mais afins com a temática alvo de nosso estudo. Também é possível que realizemos consultas a peritos sobre o tema da pesquisa, direcionadas à identificação de autores-chave e/ou bibliografia propriamente dita, de relevância para a abordagem do tema em questão. Para fazer sua busca bibliográfica -prévia consulta a peritos, ou não- um pesquisador vai a bibliotecas especializadas, Internet (recursos eletrônicos), revistas de impacto, base de dados. Seja para encontrar fontes secundárias ou terciárias, ou diretamente as fontes primárias.

Com os avanços em matéria tecnológica, cada vez mais a Internet se converte em um recurso de grande utilidade. Embora nem todos os materiais que precisamos revisar estejam disponíveis na Web, pode-se aceder a fontes secundárias e terciárias que nos orientem naquela literatura imprescindível para abordar o problema de pesquisa. Por isso, em muitas ocasiões, antes de visitar bibliotecas e centros especializados, radicados em nossa cidade, ou país, fazemos uma primeira busca por Internet.

Não obstante, procurar informação na Internet supõe manejar certas destrezas, das quais, por vezes, não somos conscientes. Do mesmo modo, em função da área de conhecimento que se trate, serão uns ou outros os destinos de busca, e funcionarão melhor umas estratégias ou outras. Partindo desta realidade, preparamos um material que lhe pode servir como base orientadora a respeito de como procurar informação na Internet, com a finalidade de utilizá-la em trabalhos científicos.

Cronograma de Actividades

O cronograma é um instrumento de planeamento e controlo semelhante a um diagrama, onde são definidas e forma detalhada e minuciosamente as actividades a serem executadas durante um período estimado. Em termos práticos, um cronograma é um plano de controlo importante para levantamento dos custos de um projecto do qual pode ser feita uma análise de viabilidade antes da aprovação final para a realização do projecto. Neste contexto, no projecto de pesquisa deve aparecer o cronograma de actividades referentes a elaboração do trabalho final.

ACTIVIDADES	Fevereiro				Março				Abril- Maio	
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II
Montagem do projecto										
Pesquisa Bibliográfica										
Colecta de dados										
Tratamento de dados										
Elaboração da Monografia										
Revisão do texto										
Entrega da Monografia										
Defesa da Monografia										

3.3. Disposições Finais

O projecto de pesquisa tem que possuir entre 5 a 10 páginas. Os textos referentes ao projecto devem ser escritos na língua portuguesa, em Word, utilizando a *Times New Roma*, fonte 12. Os títulos e subtítulos são destacados em negrito. Os títulos são apresentados negritos, com numeração árabe. Entre os títulos e os parágrafos são separados por espaços de 12 e as linhas por espaço de 1.5. No final do projecto, deve constar um indice provisório onde aparecem os principais capítulos e subcapítulos que serão debruçados ao longo do trabalho final.

CAPÍTULO 4

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E DISSERTAÇÕES

O Trabalho de Final de Curso, Dissertações de Mestrado e Teses resultam de um estudo científico retrospectivo de um tema específico e único. O tema deve ser bem delimitado espacial e temporalmente, tendo em conta o contexto e objectivos. Nestes dois tipos de trabalho, procura-se analisar o acervo teórico e conceptual relativo ao objectivo de estudo, evidenciando o conhecimento da literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do mesmo. Portanto, o Trabalho de Conclusão do Curso e a Dissertação de Mestrado retratam o nível de conhecimento e compreensão do candidato em relação a um determinado tema, as suas habilidades de investigação e sistematização e, finalmente, um conjunto de atitudes em face de abordagem e desenvolvimento do tema em estudo.

3.1. Conceito Geral

Atualmente, a necessidade de prosseguir os estudos além da graduação, com o objetivo de aprimorar o conhecimento ou concluir o processo de formação educacional, leva os graduandos a iniciarem estudos em nível de pós-graduação. Esta compreende os cursos de *lato sensu* e *stricto sensu*. Os cursos de licenciatura e pós-graduação, no *lato sensu*, compreendendo os de especialização e aperfeiçoamento e, no *stricto sensu*, compreendendo os de mestrado e doutorado (Salvador, 1982:31).

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* realizados com a finalidade de obtenção de título de licenciado mestrado e doutoramento, exigem, em Moçambique, além da frequência a cursos e da aprovação nas respectivas disciplinas, actividades de pesquisa, elaboração e defesa de trabalhos monográficos de dissertação e de teses (Marcantonio, Santos e Lehfeld, 1993:68 e a Premugy, 2012:43-55).

O que se tem em vista nestes cursos é o desenvolvimento da capacidade criadora e juízo crítico do estudante, levando-o a exercer a actividade de pesquisa científica, evitando assim que absorva passivamente os conhecimentos já feitos. Desta forma os trabalhos monográficos desenvolvidos nestes cursos caracterizam-se pelo domínio do assunto, pela capacidade de sistematização e de pesquisa e pelo poder criador, além de serem mais sofisticados e exigentes, quer quanto à elaboração, à redação e ao aparato técnico.

O termo monografia caracteriza-se pela abordagem de um tema único, específico (*monos* = um só e *graphein* = escrever), resultante de investigação científica com a finalidade de apresentar uma contribuição importante, original e pessoal à ciência (Salomon, 1999:218). É conveniente distinguir as monografias escolares das monografias científicas, exigidas em cursos de mestrado e doutorado. As monografias escolares são usadas nos cursos de graduação e especialização como iniciação à pesquisa. Já as monografias científicas (dissertação e teses) usadas no mestrado e doutorado são consideradas como autênticos trabalhos de investigação científica, pois seguem rigorosamente a metodologia própria de cada ciência.

“Embora as monografias escolares e as científicas tenham de comum com o emprego científico o caráter de tratamento de um tema bem delimitado, distingue-se basicamente pela qualidade da tarefa, pelo nível e profundidade da pesquisa, pela originalidade das conclusões, bem como a exigência de defesa pública principalmente no mestrado e doutorado” (Salvador, 1982:35). Tanto as monografias escolares quanto as científicas podem resultar de leituras, observações, investigações, reflexões e críticas realizadas nos cursos de graduação e pós-graduação.

A dissertação é um dos tipos de trabalhos científicos utilizada nos cursos de pós-graduação, mais especificamente no mestrado. Resulta de um estudo teórico, de natureza reflexiva, que consiste na ordenação de ideias sobre determinado tema. Consiste em um estudo formal e não um comentário livre, exigindo ser acompanhado de todo aparato técnico, próprio dos trabalhos científicos (SALVADOR, 1982, p. 37). Dependendo da forma de apresentação do estudo, a dissertação pode caracterizar-se como um trabalho científico mais expositivo (descritivo) ou argumentativo (Marcantonio, Santos e Lehfeld, 1993:69).

A dissertação expositiva é usada quando for necessário reunir e relacionar material obtido de várias fontes, expondo o assunto de maneira explicativa e compreensiva, a partir do que já foi dito sobre ele. Neste trabalho, o autor deve demonstrar sua habilidade coletar e organizar as informações (Salvador, 1982:37). A dissertação argumentativa apresenta e descreve as ideias e os dados coletados, incluindo a interpretação dos mesmos e a posição pessoal do autor. Envolve a apresentação de razões e evidências, de acordo com os princípios e técnicas da argumentação.

A tese consiste num trabalho científico realizado em curso de doutorado quem tem como objetivo principal argumentar para justificar, convencer, persuadir e influenciar, levando à produção de novos conhecimentos, e conseqüentemente, contribuindo para a ampliação de áreas científicas. A tese pode resultar de um estudo teórico, bem como pesquisas de campo ou de experimentação (Salvador, 1982:35). Numa tese procura-se formar a opinião do leitor à respeito da verdade ou falsidade de uma ideia, objetivando convence-lo por meio de razões em face das evidências das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente (Garcia, 1973 citado por Salvador, 1982:39).

A diferença entre tese e dissertação refere-se ao grau de profundidade e originalidade exigida na tese, esperando-se dela, uma nova descoberta ou uma nova consideração de um tema velho: uma real contribuição para o progresso da ciência. Já na dissertação não se exige o mesmo nível de originalidade e nem o mesmo alcance de contribuição ao progresso e desenvolvimento da ciência em questão. Assim, a contribuição que se espera da dissertação é a sistematização dos conhecimentos (Salvador, 1982:38-39).

Apesar de formalmente a dissertação ser exigência de conclusão de curso de mestrado e tese de doutorado, é interessante observar que a maioria das universidades brasileiras considera como tese os trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação independente do seu nível (mestrado e doutorado) (FRANÇA, 2001, p. 9).

3.2. Estrutura

O trabalho de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses possui uma estrutura formada por elementos pré-textuais, elementos do texto e elementos pós-textuais. Os elementos pré-textuais são o conjunto de referências que configuram a primeira parte do trabalho, definem a

identidade e o vínculo institucional dos intervenientes do Trabalho de Conclusão de Curso ou Dissertações de Mestrado, o título e o grau académico pretendido, o âmbito do estudo, a cidade e a data onde ocorre a defesa. A secção dos elementos do texto comporta a introdução, os capítulos e subcapítulos subsequentes e a conclusão, observações finais, considerações finais e recomendações. A secção dos elementos pós-textuais é constituída pela subsecção bibliográfica e apêndice onde são apresentado os instrumentos da pesquisa, questionários, inquéritos, roteiro das entrevistas, fotografias, mapas, ilustrações, glossário ou índice remissivo. Portanto, em termos práticos, os trabalhos de conclusão, dissertações de mestrado e teses de doutoramento estrutura-se em Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.

3.2.1. Elementos Pré-Textuais

A sessão dos elementos pré-textuais é composta pelas páginas de capa, declaração de autoria, termo de responsabilidade do candidato e do supervisor, índice, agradecimentos, didicatória, lista de abreviaturas, acrónimos, lista de tabelas, gráficos e mapas e pela página do resumo ou sumário executivo. Na página de título, indica-se a designação da instituição, Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande, o título e subtítulo do trabalho e grau académico pretendido, o nome do candidato, o nome do supervisor e dos respectivos títulos académicos, a cidade e data em que ocorrerá a defesa. A declaração de autoria regista-se em página única, a seguir à página de capa, devendo o autor colocar a sua assinatura e data no final.

“Eu, João Paulo Cebola, declaro, por minha honra, que o presente trabalho é da minha autoria e que nunca foi anteriormente apresentado para avaliação em alguma instituição de Ensino Superior nacional ou fora do país”.

Na página relativa ao Termo de Responsabilização do candidato e do supervisor, tratando-se de Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura, escreve-se o seguinte, seguido do título, nome do candidato e do supervisor com as respectivas assinaturas:

“Trabalho a ser submetido ao Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande como cumprimento parcial dos requisitos necessários para a conclusão do grau de Licenciatura em Relações Internacionais e Ciência Política”.

Tratando-se de dissertação para obtenção do grau de mestre, escreve-se o seguinte, seguido do título, nome do candidato e do supervisor com as respectivas assinaturas:

“Dissertação a ser submetida ao Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande como cumprimento parcial dos requisitos necessários para a conclusão do grau de mestre em Relações Internacionais e Ciência Política”.

Tratando-se de teses de doutoramento, para obtenção do grau de Doutor, escreve-se o seguinte, seguido do título, nome do candidato e do supervisor com as respectivas assinaturas:

“Tese de Doutoramento a ser submetida ao Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande como cumprimento parcial dos requisitos necessários para a conclusão do grau de Doutoramento em Relações Internacionais e Ciência Política”.

No índice, se procede à listagem de forma lógica os principais tópicos desenvolvidos no tema. No topo da página do índice, aparecem os agradecimentos, lista de abreviaturas, lista de tabelas e sumário executivo e as respectivas páginas em numeração romana. Em segundo lugar, registam-se os títulos e as partes do texto concernentes à conclusão com a numeração árabe. No índice, os elementos pós-textuais como bibliografia e anexos devem aparecer em numeração árabe.

- **Agradecimento:** nele faz-se menção às todas as instituições e pessoas singulares que contribuíram, para a materialização dos trabalhos de investigação. Desta feita, deve-se manifestar o agradecimento pelo apoio multiforme que elas prestaram. Os agradecimentos são manifestados em página única.
- **Dedicatória:** é apresentada numa única página. A dedicatória manifesta o vínculo individual, sobretudo no plano emocional e afectivo, do autor relativamente aos seus entes queridos vivos ou já falecidos como pai, mãe, esposa, filhos, etc. Nela agradece-se pelo seu contributo especial para a realização e materialização do trabalho de final de curso ou dissertação de mestrado.
- **Abreviaturas:** ela é apresentada havendo necessidades em que o autor, necessitando economizar o texto, ele usa acrónimos. As abreviaturas devem ser indicadas em página única, por ordem alfabética e com a menção do respectivo significado.
- **Tabelas, Gráficos e Mapas:** são apresentadas numa lista com o conjunto de tabelas, quadros, gráficos e mapas utilizados como elementos de ilustração ao longo do texto. Eles são apresentados sob a forma numérica segundo a ordem de apresentação e correspondendo-o ao respectivo título.

- **Sumário Executivo ou Resumo:** consiste na apresentação, em poucas palavras, em página única, os objectivos da investigação, os métodos utilizados e as conclusões chegadas. O resumo deve conter entre 200 a 250 palavras, em fonte 11, seguido das palavras-chave (3 a 5 palavras), como por exemplo:

O presente artigo tem como objecto central analisar os desafios do Estado Moçambicano face aos contornos dos crimes económicos do Século XXI. A globalização trouxe consigo a interdependência e um conjunto de relações inevitáveis entre os Estados que por sua vez os torna cada vez mais vulneráveis. As tradicionais ameaças militares dos séculos passados foram substituídas por novas ameaças não militares, onde o campo da economia é um dos alvos preferidos. No contexto da mundialização, a concorrência natural dos actores estatais e não estatais, para a sua sobrevivência fez surgir um conjunto de crimes financeiros e comerciais que criam insegurança aos indivíduos, Estados, corporações multinacionais e outros actores. Moçambique não está esento destas ameaças perniciosas a sua economia que vão desde ao branqueamento de capitais, passando pela sonegação de impostos, até as questões de falsificação de cheques. As Lei nº 9/87 de 18 de Setembro Sobre a Defesa da Economia ou a Lei nº 5/82 de 9 junho Sobre a Defesa da Economia foram desenvolvidas num contexto que se desajustam às realidades do Século XXI, colocando o Estado Moçambicano vulnerável a alguns tipos destes crimes. As novas leis criadas como a Lei 14/2013 são desafiadas pelos tipos de crimes económicos que ocorrem actualmente. Dai que uma reforma legal, institucional e formação de recursos humanos torna-se urgente para lidar com esse campo criminal que sempre tem tendências de se aperfeiçoar à medida que o tempo passa e a tecnologia se desenvolve.

Palavras-Chave: Globalização – Crimes Económicos – Ameaça a Moçambique.

3.2.1. Elementos Textuais

A introdução, os capítulos e seus subcapítulos e a conclusão são os elementos estruturantes do Trabalho de Final de Curso e Dissertações de Mestrado. O Trabalho de Final de Curso deve possuir entre 45 a 50 páginas e as Dissertações de Mestrado deve possuir acima de 70 páginas, a contar da introdução à conclusão, sem contar com as páginas das referências bibliográficas e os anexos.

A introdução deve ser escrito de forma a levar o leitor a ter uma ideia clara do tema e do âmbito em que o trabalho será desenvolvido, referindo porque é que se considera o tema importante para a investigação, descrevendo-se as características e as mais importantes partes do trabalho de

investigação a ser desenvolvido. “A introdução deve conter algumas idéias específicas com a intenção de apresentar objetivamente o presente trabalho. Assim deve citar o tema (assunto) que será desenvolvido e as partes do desenvolvimento. Deve situá-lo no tempo e no espaço, mostrar sua importância, justificar sua escolha, definir termos e apresentar os objetivos do trabalho. A introdução dirá “o que” e “como” será desenvolvido o trabalho” (Pinto, 2001:61-62).

Desta feita, constata-se que a introdução é a parte inicial de um trabalho científico, mas deverá ser a última a ser definitivamente redigida. Deixando para o fim, tem-se certeza de que todos os aspectos pertinentes à mesma foram considerados, tais como: tema, problema, justificativa da escolha, objetivos, definição dos termos, localização no tempo e no espaço e metodologia.

O desenvolvimento é a parte mais extensa e constitui o corpo do trabalho. Deverá ser dividido em partes, principalmente quando o assunto for extenso. Cada parte poderá ter também suas divisões o que permitirá o aprofundamento do assunto. A divisão em partes traz clareza e facilita a análise. No desenvolvimento apresentam-se as discussões, as provas, os argumentos e as demonstrações. “O desenvolvimento é a parte principal e mais extensa do trabalho ou corpo do mesmo. Consiste na fundamentação lógica do tema cuja finalidade é expor, explicar, demonstrar as suas principais idéias, com objetividade, clareza e impessoalidade” (Ruiz, 1996:75). De acordo com o tema, o desenvolvimento pode ser dividido em partes (secções) conforme permite o assunto, sendo numeradas progressivamente, com a finalidade de melhor compreensão do mesmo.

Ruiz (1996:75) “refere que não existe uma divisão única para todo tipo de trabalho. A divisão mais própria e adequada para cada trabalho deve surgir “de sua própria natureza, de sua textura ou de sua maior ou menor complexidade”. Sugere-se dividir o assunto no menor número possível de partes e subdividir cada parte no menor número de elementos. Os títulos das partes devem exprimir de forma clara, direta e precisa o tema nelas contido. E todas as partes devem estar articuladas logicamente, a partir da temática que gera a divisão harmoniosa e equilibrada do todo”. Portanto, o desenvolvimento, é importante que o autor do trabalho mostre que obras foram consultadas, fazendo as devidas referências, de acordo com as normas de citação directa e indirecta, vigentes no Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande.

A conclusão, considerações finais ou observações finais comportam uma síntese interpretativa dos principais argumentos do desenvolvimento e também os aspectos do tema discutido que deveriam ser mais aprofundados em pesquisa posteriores. Tudo isto de maneira clara, objetiva e breve. De acordo com Cervo e Bervian (1976:103), a conclusão corresponde à parte que arremata o trabalho. Consiste em uma resposta ao tema anunciado na introdução, sendo uma síntese dos principais argumentos dispersos pelo trabalho, de forma breve, concisa, firme e exata, revendo assim, as principais contribuições que trouxe tal estudo. “A conclusão apresenta o

resultado final do estudo, avaliando seus pontos fracos ou positivos, através da reunião sintética das principais idéias desenvolvidas ou conclusões parciais obtidas” (Koche, 1997:147).

Ao fazer a conclusão deve-se ter o cuidado de nunca extrapolar, isto é, ir além dos resultados do desenvolvimento. “O resultado final deve ser decorrência natural do que já foi demonstrado” (Koche, 1997:147). Para Cervo e Bervian (1976:104), a conclusão também poderá apresentar recomendações e sugestões para se atuar sobre os fatos estudados e/ou prosseguir nos estudos e apontar relações do assunto com outros ramos do conhecimento. Ao fazer um trabalho científico deve-se lembrar que uma boa introdução e uma boa conclusão geralmente indicam que o autor tem clareza e consciência do que fez.

Importa referir que é muito difícil fazer a conclusão. Recomenda-se aos estudantes, sobretudo dos cursos de licenciatura optar por fazer observações finais a apresentam considerações finais procurando destacar as principais constatações que foram alcançadas ao longo da pesquisa, sob pena de entrar em contradições no final do trabalho, pensando que está a concluir.

3.3. Disposições Finais

Os textos referentes ao Trabalho de Final do Curso e Dissertações de Mestrado devem ser escritos na língua portuguesa, em Word, utilizando a *Times New Roma, fonte 12*. Os títulos e subtítulos são destacados em negrito. Os títulos dos capítulos são apresentados em letras maiúsculas e em negrito, com numeração árabe. Os subtítulos são escritos com as iniciais maiúsculas e o resto minúsculas e em negrito. Entre os títulos e os parágrafos são separados por espaços de 12 e as linhas por espaço de 1.5.

Os trabalhos devem ser digitados em papel A-4 (210 X297 mm) apenas no anverso (frente) da folha. Em relação às margens, a margem superior e esquerda: 3 cm e inferior e direita: 2 cm. Os parágrafos e títulos das partes e das seções devem ser digitados com espaço duplo de entrelinha. Todas as folhas que compõem o trabalho a partir da capa são contadas sequencialmente, mas nem todas são numeradas. A numeração é feita nas folhas que continuam cada parte do trabalho, em algarismos arábicos, dentro da margem superior, centralizada ou ao lado da margem direita 2 cm. As folhas que correspondem aos apêndices e anexos são também contadas e numeradas seguindo a seqüência do trabalho.

O texto de um trabalho pode ser dividido em partes chamadas de seções. As principais divisões do texto são chamadas de seções primárias (capítulos). Estas subdividem-se em seções secundárias, que se subdividem em terciárias, que se subdividem em quartenárias, que se subdividem em quinárias e assim por diante. Deve-se evitar o excesso de subdivisões de um texto, porque o torna muito fragmentado o que interrompe a fluidez da leitura. Os títulos das seções são numerados progressivamente em algarismos arábicos, alinhados à margem esquerda, dando espaço de um caracter entre as numerações e um título.

O trabalho de final de curso e dissertação de mestrado deve ser apresentado sem erros ortográficos. O texto é de natureza argumentativa. As palavras, frases e parágrafos em língua estrangeira devem ser colocadas em itálico. As palavras do texto devem ser escritas em letras minúsculas, com excepção das letras iniciais e os nomes próprios. Os conceitos utilizados para a elaboração do texto devem ser do domínio do autor. Havendo dúvidas, devem ser objecto de consulta em dicionários especializados, para que sejam citados convenientemente.

Havendo necessidade de recurso a uma abreviatura ou sigla, esta deve ser prevenida de exploração do seu significado, como por exemplo, União Africana (UA). Quanto empregue de maneira recorrente, a mesma abreviatura não carece de detalhe. As citações textuais longas no texto devem ser escritas na fonte *Times New Roman*, carácter 11. As tabelas, gráficos, mapas ou quadros que aparecem no texto são enumeradas em árabe e tituladas, em fonte *Times New Roman*, indicando no fundo a respectiva fonte. A referência numérica e o título concernente à tabela das tabelas, gráficos, mapas e quadros devem, sucessivamente ser alistados depois da lista de abreviaturas. Os trabalhos de final de curso e dissertações de mestrado são compostos por diferentes capítulos e subcapítulos identificados pelos respectivos títulos. Estes devem ser objecto de enumeração em algarismo árabes.

CAPÍTULO 4

TRABALHOS CIENTÍFICOS

Nos cursos de graduação e nas instituições de ensino superior e de pesquisa, os estudantes, docentes e investigadores devem ser orientados a progredir gradativamente da simples informação para a autodescoberta do conhecimento e para a criatividade. Desta forma, os cursos de graduação caracterizam-se pela integração social dos estudantes, não somente pela sua instrumentalização, mas, principalmente pela preocupação com a formação pessoal, científica e profissional dos mesmos. Os estudos realizados no período de formação e na actividade de investigação predominam na categoria de ensino e aprendizagem, em vista da formação, descoberta e expansão do conhecimento.

Tendo em vista os diversos graus de originalidade, criatividade e profundidade, têm-se diferentes níveis e conseqüentemente diferentes tipos de trabalhos científicos. Os primeiros, basicamente recapitulativos e bibliográficos, são mais realizados na graduação, e os últimos, estudos mais originais, são exigências da pós-graduação. Mas em todos eles se exigem qualidade de método, organização, rigor, observação e respeito às normas técnicas (Salvador, 1982:13). A seguir, serão apresentados os diversos tipos de trabalhos acadêmicos mais usados tanto na graduação quanto na pós, conceituando-os, apresentando as características gerais de cada um e como fazê-los.

4.1. Elaboração de Trabalhos Científicos

“Os trabalhos científicos ou acadêmicos consistem em escritos que resultam do desenvolvimento de pesquisas realizadas tanto em Curso de Graduação quanto de Pós-Graduação ou em actividades de pesquisa e investigação” (Salvador, 1982:11). Ao elaborar qualquer tipo de trabalho científico, o pesquisador só será bem sucedido, obtendo-se realmente aprendizagem, se primeiro fizer um estudo analítico do documento em questão, procurando conhecê-lo, compreendê-lo e interpretá-lo, para depois documentá-lo. Para fazer um bom estudo do documento, sugerem-se as orientações dadas por Severino (1984:125-132) em sua técnica de leitura analítica. Ele sugere ao aluno começar fazendo uma leitura geral do texto para adquirir uma visão global do mesmo e esclarecer as dúvidas que por acaso surgirem. Assim, o leitor estará captando o plano geral da obra e seu desenvolvimento (análise textual).

A seguir, volta-se a ler o texto para responder a duas questões: - De que trata o texto? - O que pretende demonstrar? Com isto, identifica-se o tema do texto (assunto) e o objetivo (problema) que norteou o autor ao redigi-lo (análise temática). Numa terceira leitura, caso seja necessária, a questão é: - Como o disse? Aqui se trata de descobrir as partes principais em que se estrutura o texto (análise temática). Enquanto o leitor estiver fazendo este trabalho com o texto deverá ir sublinhando (análise temática) e fazendo breves anotações à margem do mesmo (dar títulos aos parágrafos = análise interpretativa). Tais atitudes ajudarão, posteriormente, o leitor na elaboração do resumo ou do esquema, o que lhe dará melhores condições de fazer uma boa documentação (Ver quadro sinótico da técnica de leitura analítica de Severino nesta apostila).

4.2. Trabalhos de Síntese

A palavra síntese quer dizer, apenas, diminuir, reduzir, condensar, simplificar os elementos principais de um documento, não permitindo fazer comentários sobre eles, como é o caso da crítica. A partir deste significado têm-se os trabalhos de síntese que consistem na capacidade de distinguir as idéias principais das secundárias e condensar (sintetizar) apenas as principais, desprezando assim, as secundárias.

4.2.1. Sinopse

Sinopse consiste apenas em sintetizar, bem condensadamente, somente a temática de um texto, artigo, capítulo ou obra, sem emitir juízo de valor ou comentário crítico sobre a mesma. Ao redigir a sinopse inicia-se pelo título do documento, depois se escreve a referência bibliográfica completa do mesmo e por último, a sinopse. Esta deve ser apresentada em parágrafo(s) e utilizando-se da linguagem pessoal do discurso, representada pelo verbo na terceira pessoa.

4.2.2. Resumo

O resumo consiste em sintetizar todas as idéias principais do tema do texto, artigo, capítulo ou obra. Para Salvador (1982:18) “o resumo deve ser livre de todo comentário pessoal e não deve formular críticas ou julgamento de valor, pois é mero trabalho de síntese”. Ao redigir o resumo, devem-se usar frases breves, diretas e objetivas, formando parágrafos contendo apenas uma idéia principal e observando a linguagem impessoal do discurso, isto é, verbo na 3ª pessoa. Deve-se redigir com bom estilo e de preferência com suas próprias palavras. No caso de transcrição literal (cópia) devem-se usar aspas e fazer a devida referência, segundo as normas de citações textuais da ABNT.

O resumo, como um tipo de trabalho acadêmico, usado no curso de graduação, estrutura-se em: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão. Assim, ao redigir o texto do resumo, deve-se destacar tal estrutura, escrevendo o nome de cada uma. Ao fazer a introdução deve-se citar o tema e suas partes, como também o objetivo do texto, utilizando-se de expressões técnicas e verbo na terceira pessoa. O desenvolvimento conterá a síntese de todas as idéias principais do tema, observando-se também a linguagem impessoal. A conclusão conterá a síntese de toda temática já desenvolvida, não cabendo idéia nova, isto é, que não consta do desenvolvimento e livre de todo comentário pessoal. Pode-se usar a terceira pessoa do discurso ou a primeira pessoa do plural.

Existem dois tipos de resumo: resumo de um escrito e resumo de assunto. O resumo de um escrito consiste na condensação dos elementos principais do tema de um único texto, artigo, capítulo ou obra. O resumo de assunto, também chamado de estudo de atualização, consiste num trabalho de síntese que reúne, analisa e compara conhecimentos e informações já publicados por vários autores, sobre o tema em questão. É um verdadeiro trabalho recapitulativo, não se constituindo simplesmente em uma cópia, mas em uma exposição sintética das idéias principais sem julgá-las (Salvador, 1982:19). Portanto, a utilização do resumo de assunto propicia ao estudante ou investigador o aumento de conhecimento e treinamento metodológico para que ele possa executar, posteriormente, trabalhos

que lhe exigem maior grau de profundidade e originalidade, tais como: resenhas, artigos científicos, monografias, dissertações e teses.

4.2.3. Esquemas

O esquema consiste na representação gráfica da síntese das idéias principais da temática de um texto ou artigo, ordenando tais idéias em divisões e subdivisões integradas, dando uma informação visual e imediata do texto que está sendo esquematizado. Para elaborar um esquema deve-se partir da compreensão existente entre as partes do texto, subordinando-as de modo correto, sem deturpação das mesmas. Sem essa compreensão e também a interpretação das idéias do texto é impossível fazer um esquema, isto é, subordinar suas idéias corretamente. Por isso, a técnica de sublinhar e de dar títulos aos parágrafos facilita muito a tarefa de esquematizar um texto.

Ao elaborar um esquema pode-se adotar o sistema de chaves ou colunas para separar as divisões sucessivas. Assim, tem-se o esquema quadro sinótico em chaves e quadro sinótico em colunas. Pode-se ainda utilizar a seqüência: algarismo romano, letra maiúscula, algarismo arábico, letra minúscula, hífen e ponto para indicar as divisões e subdivisões do assunto. Este é caso do esquema roteiro letrado. Pode-se utilizar algarismos arábicos em sistema de numeração progressiva para indicar as divisões e subdivisões do assunto. Este é o caso do esquema roteiro numerado. A escolha de se utilizar um ou outro tipo de esquema deve basear-se naquele que mais se adaptar ao texto a ser esquematizado e ao objetivo do autor do esquema. Também, é preciso lembrar que nem todos os textos ou obras se prestam para anotações em forma de esquema. Por exemplo, uma obra literária presta-se mais ao resumo e a interpretação do que à esquematização.

De acordo com Dias Jr. (2003, 24/25), ao redigir um esquema deve-se: identificar o tema do texto ou artigo e sublinhar o principal de cada parágrafo, dando título ao mesmo; transformar o texto já compreendido e interpretado em itens integrados, isto é, organizar as ideias principais a partir das mais importantes para as consequentes; usar a simbologia adequada para cada tipo de esquema; observar economia de palavras ao redigir os itens integrados, podendo usar o próprio vocabulário utilizado pelo autor do texto, sem a necessidade do uso das aspas; conter o que é essencial no texto, não sendo longo nem minucioso demais.

4.3. Resenha Crítica

A resenha crítica situa-se no segundo nível do trabalho científico, pois não consiste puramente em sintetizar um texto, artigo, capítulo ou obra, mas a apresentação condensada do seu conteúdo, acompanhada de comentários críticos, isto é, de “um juízo imparcial do valor, conteúdo e exposição de determinada questão” (SALOMON, 1999:170).

Ao fazer uma resenha crítica deve-se, segundo Salvador (1982:20-22), observar alguns requisitos necessários para tal:

Conhecimento completo do artigo ou obra, não se limitando à leitura do índice, prefácio e de um ou outro capítulo, mas, exigindo um aprimorado estudo analítico de todo artigo ou obra; conhecimento do assunto a ser criticado. Caso não tenha tal conhecimento, aconselha-se buscá-lo, pois um julgamento superficial transforma o trabalho do crítico em apreciação sem fundamento; independência de juízo para ler, expor e julgar com isenção de preconceitos, simpatias ou antipatias. O que importa não é saber se as conclusões do autor coincidem com as nossas opiniões, mas se foram deduzidas corretamente; justiça ao apreciar. Mostrar tanto os aspectos positivos como as deficiências do trabalho; e fidelidade ao pensamento do autor, não falsificando suas opiniões, mas assimilando com exatidão as suas idéias, para examinar cuidadosamente e com acerto sua posição.

Para fazer uma resenha crítica pressupõe uma leitura rigorosa (analítica) do texto e deve conter comentários sobre a temática do mesmo e de suas idéias principais; informações gerais sobre o texto e comentários pessoais (Pádua, 1988:20). Fazendo resenha o universitário aprende a analisar os argumentos utilizados para demonstrar, provar e descrever determinado tema.

A resenha é feita utilizando-se de parágrafos contendo a tríplice divisão de um trabalho acadêmico: introdução, desenvolvimento e conclusão, sem necessidade de destacar tal divisão, como no caso do resumo. Assim, inicialmente nos primeiros parágrafos, deve-se identificar o tipo trabalho (resenha crítica) que está sendo usado, o autor, o título e o tema do texto ou obra que está sendo alvo do trabalho de crítica, tecendo um breve comentário para se compreender os objetivos do texto e sua temática. Nos próximos parágrafos será iniciada a crítica propriamente dita observando os requisitos estudados para fazê-las. Assim, deve-se sintetizar as idéias, alvo de resenha, acompanhada de uma reflexão crítica sobre os elementos fornecidos pela análise do texto.

4.4. Resumo Crítico

O resumo crítico consiste num misto de trabalho de síntese com trabalho de crítica, seguindo as orientações próprias de cada um. O que difere o resumo do resumo-crítico é sua estrutura, que apresenta a crítica como quarta etapa: introdução, desenvolvimento, conclusão e crítica. Assim, tem-se resumo-crítico de um escrito e resumo-crítico de assunto.

4.5. Elaboração de Fichas

O fichamento consiste na utilização do sistema de fichas para documentação de leituras, podendo conter apenas os dados bibliográficos do artigo, capítulo ou obra, ou apresentá-los juntamente com a sinopse dos mesmos, tendo a ficha bibliográfica por autor ou por assunto. O outro tipo de fichamento é a ficha de conteúdo em que se registram: esquemas, resumos, cópias ou críticas passando a denominação conforme o caso, de: ficha esquema, ficha resumo, ficha cópia, ficha crítica e ficha resumo crítico.

4.6. Publicações Científicas

As publicações científicas são textos científicos que englobam artigos científicos, comunicações científicas e papers.

4.6.1 Artigos Científicos

O artigo científico consiste na apresentação sintética dos resultados de pesquisas ou estudos realizados a respeito de uma questão, contendo ideias novas ou abordagens que complementam estudos já feitos, observando-se a sua apresentação em tamanho reduzido, o que o limita de constituir-se em matéria para dissertação, tese ou livro. O objetivo principal de um artigo é o de ser uma maneira rápida e sucinta de divulgar, em revistas especializadas, a dúvida investigada, o referencial teórico utilizado (as teorias que serviram de base para orientar a pesquisa), a metodologia empregada, os resultados alcançados e as principais dificuldades encontradas no processo de pesquisa ou análise de uma questão (Koche, 1997:149).

De acordo com Koche (1997:149) e França (2001:59-60), a estrutura do artigo científico comporta: título, identificação, resumo, palavras-chave, introdução, desenvolvimento, conclusão e referências bibliográficas, seguidas de anexos e apêndices se necessário.

- **Título:** nele aparece o tema central que é discutido ao longo do trabalho
- **Identificação:** contém o título do artigo; o nome do autor e sua qualificação (profissional e acadêmica a que faz local de trabalho e sua titulação acadêmica mais elevada).
- **Resumo (ou Abstract):** deve ser auto-explicativo, usando 3ª pessoa do singular e dando preferência ao verbo na voz ativa, redigido em um único parágrafo, formado de uma seqüência coerente de frases concisas e não de uma enumeração de tópicos. A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema do artigo (Sá et al, 1996: 74);
- **Palavras-chave:** termos (palavras ou frases curtas) que indicam o conteúdo do artigo em Português e em idioma estrangeiro. As palavras-chave devem ser entre três a cinco.
- **Introdução:** apresenta e delimita o tema ou o problema em estudo (o quê), os objetivos (para que servisse o estudo), a metodologia usada no estudo (como) e que autores, obras ou teorias que serviram de base teórica para construir a análise do problema.
- **Desenvolvimento:** nele aparece a demonstração dos resultados onde deve-se fazer uma exposição e uma discussão das teorias que foram utilizadas para entender e esclarecer o problema, apresentando-as e relacionando-as com a dúvida investigada. Deve-se também, apresentar as conclusões alcançadas, com as respectivas demonstrações dos argumentos teóricos e/ou resultados de provas experimentais que as sustentam. O corpo do artigo pode ser dividido em quantos itens quantos forem necessários, de acordo com a natureza do trabalho elaborado.
- **Conclusão:** contém os comentários finais avaliando o alcance e limites do estudo desenvolvido.

- **Referências Bibliográficas:** listam-se as referências pertinentes a todas as citações feitas ao longo do trabalho. Em seguida, aparecem os apêndices com os materiais ilustrativos elaborados pelo próprio autor do artigo; os anexos contendo os materiais ilustrativos não elaborados pelo autor do artigo; e a data do artigo: se o artigo consistir numa comunicação apresentada em algum Simpósio, Congresso ou Encontro, deve-se especificar o local e o nome do evento.

Tendo em vista que o artigo se caracteriza por ser um trabalho científico extremamente sucinto, exige-se também que tenha as qualidades: linguagem correta e precisa, coerência na argumentação, clareza na exposição das ideias, objetividade, concisão e fidelidade às fontes citadas. Para que estas qualidades se manifestem é necessário, principalmente, que o autor tenha um elevado conhecimento a respeito do que está escrevendo.

4.6.2. Papers

Paper consiste em um “pequeno artigo científico ou texto elaborado para comunicação em congressos sobre determinado tema ou sobre os resultados de um projeto de pesquisa. Deve possuir a mesma estrutura formal de um artigo” (Marcantonio, Santos e Lehfel, 1993:71).

4.6.3 Comunicações Científicas

A comunicação científica, de acordo com Asti Vera (1976:164) “é uma informação limitada pela sua extensão pelas normas estabelecidas pelo local onde é apresentada” (Congressos, jornadas, sociedade científica, seminários, semanas de estudos e outros eventos científicos), “na qual se expõem os resultados de uma pesquisa original”, inédita e criativa, a ser posteriormente publicada em anais ou revistas científicas.

A comunicação científica deve trazer informações científicas novas e atualizadas de um tema ou problema ou conter revisão crítica dos estudos realizados, mas “não permite, devido à sua redação, que os leitores possam verificar tais informações: as notas simplesmente informam” (Salvador, 1982:23). A comunicação é considerada um trabalho informativo devido ao tempo limitado do relato da informação em eventos científicos e também aos resultados da pesquisa que, muitas vezes, ainda estão em andamento (Almeida, 1996:39).

Ao apresentar a comunicação, o pesquisador deverá enfatizar o que está estudando, os procedimentos metodológicos, formulando de forma precisa, clara e simples o tema investigado e a síntese completa das principais informações e/ou argumentos ao público apresentados (Marcantonio, Santos e Lehfel, 1993, p. 71). Tendo em vista aos princípios da comunicação esta não precisa deter muito em desenvolvimento analítico, o importante é apresentar a idéia, a teoria ou o experimento realizado de maneira bem fundamentada (Vera, 1976: 164). Embora a comunicação científica seja predominantemente uma apresentação oral, pode o pesquisador pretender publicá-la sobre a forma escrita. Para tal, deve-se cuidar da linguagem, da forma e da estrutura de sua apresentação, exigindo um rigor metodológico e aparato técnico comum a todo tipo de trabalho científico.

4.7. Relatório

O relatório consiste na apresentação final de estudo, pesquisa e atividade, em que além dos dados coletados, o autor comunica resultados, conclusões e recomendações a respeito do assunto trabalhado. Para Keller e Bastos (1991:74), o relatório é constituído dos seguintes elementos: a apresentação com a capa e folha de rosto, o resumo⁴, a introdução que inclui objetivos, justificativas e hipóteses trabalhadas, a metodologia onde a parecem as técnicas utilizadas, universo (população) da pesquisa e amostra; o quadro teórico onde afiguram a teoria que sustenta o trabalho, levantamento de estudos já realizados sobre o assunto e definição de conceitos; a apresentação dos dados colectados e análise dos mesmos.; a interpretação dos dados coletados e analisados ; a conclusão: decorrência natural da análise e interpretação dos dados; as recomendação e sugestões com indicações práticas extraídas das conclusões; as referências bibliográficas com a relação das obras e documentos consultados, de acordo com as normas em vigor no ISCTAC; o apêndice com os materiais ilustrativos elaborados pelo autor do relatório; e o anexo com os materiais ilustrativos não elaborados pelo autor do relatório.

4.8. Características dos Trabalhos Científicos

O estilo da redação de trabalhos técnico-científicos e acadêmicos diferencia de outros tipos de composição, como a literária, a jornalística, a publicitária, apresentando algumas características próprias. Este texto pretende identificar e explicar alguns princípios básicos que devem ser observados na referida redação.

- **Objetividade e Coerência**

Deve-se observar linguagem directa e simples, obedecendo a uma seqüência lógica e ordenada no desenvolvimento das idéias, evitando-se assim, o desvio do assunto em questão com considerações irrelevantes. A exposição deve se apoiar em dados e provas e não em opiniões que não possam ser comprovadas. Deve-se observar também a estrutura da frase, o tamanho dos períodos e a organização dos parágrafos. Frases curtas e com única idéia central são preferidas à frases longas contendo várias idéias (Dusileck, 1982:115). Ao dividir o trabalho em partes deve-se cuidar do equilíbrio, coesão e seqüência lógica entre elas, cuidando-se para que não haja uma desproporção entre as diversas partes que constituem o trabalho. Ao redigir os títulos deve-se cuidar de sua homogeneidade, não usando ora substantivos para uns, ora frases ou verbos para outros.

- **Clareza**

⁴ O resumo é uma parte muito importante de qualquer trabalho de investigação, e deve ser escrito de forma a captar a atenção e a motivação para levar o leitor a lêr o trabalho de investigação. Ele deve mencionar, para além dos dados pessoais do estudante, e da instituição de ensino, o contexto em que se conduzirá a investigação, expondo de forma clara e sem ambiguidades a metodologia de investigação, o problema a ser investigado, que conduzirão à pergunta a investigar, às hipóteses a considerar e às perguntas investigativas. O resumo também deve referir que conclusões se esperam como resultado do trabalho.

O pesquisador deve ser claro na apresentação de suas idéias. Tal clareza de expressão é obtida em função do conhecimento que se tem de determinado assunto. Se você não tem idéia bem clara, nítida do que pretende expressar deve retomar o fio da meada, relendo suas anotações ou o texto original (Dusilek, 1982:114). Deve-se, evitar ambigüidade, isto é, expressões com duplo sentido, para não originar interpretações diversas do que se quer dar. Assim, deve-se usar vocabulário preciso, evitando-se as linguagens rebuscada e prolixa, usando e a nomenclatura técnica aceita no meio científico.

- **Precisão**

Cada expressão empregada deve traduzir com exatidão o que se quer transmitir principalmente quanto a registros de observações, medições e análises realizadas. Deve-se evitar adjetivos que não indiquem claramente proporções e quantidades, tais como: médio, grande, pequeno, bastante, muito, pouco, mais, menos, nenhum, quase todos, a maioria, metade e outros termos ou expressões similares, procurando substituí-los pela indicação precisa em números ou porcentagem. Deve-se evitar o uso de adjetivos, advérbios, locuções e pronomes que indiquem o tempo, modo ou lugar, tais como: em breve, aproximadamente, antigamente, recentemente, lentamente, adequado, inadequado, nunca, sempre, em algum lugar, provavelmente, possivelmente, talvez, que deixam margem a dúvidas sobre a lógica, clareza e precisão da argumentação.

- **Impessoalidade**

No texto técnico-científico e acadêmico utiliza-se a forma impessoal dos verbos, isto é, verbo na terceira pessoa. O uso da primeira pessoa do singular ou plural é permitido no caso de relatórios de participação em eventos e ao fazer justificativas para ingresso em cursos de pós-graduação. Exemplo: O meu interesse em realizar o curso de Mestrado em Ciências Sociais deve-se... “Nos casos em que o autor se refere ao seu próprio trabalho, deve-se usar também a forma impessoal, e não as expressões: **o autor descreve...** ou **o escritor conclui...** entre outras”.

- **Uniformidade**

Deve-se manter a uniformidade no decorrer de todo o texto com relação à aspectos com: forma de tratamento, pessoa gramatical, utilização de números, símbolos, unidades de medida, datas, horas, siglas, abreviaturas, fórmulas, equações, frações, citações e títulos das partes do trabalho acadêmico etc (IPARDES, 2000, p. 3).

5. Disposições Finais

Os trabalhos científicos elaborados e apresentados no ISCTAC devem ser digitados em *Word for Windows*, em Times New Roman, tamanho 12, e tamanho 10 para citações textuais (cópia) com mais de três linhas e notas de rodapé espaçamento entre linhas de 1,5, formato A4, não devendo

ultrapassar 3 a 15 páginas, incluindo as referências, gráficos, quadros e tabelas. As ilustrações, figuras, gráficos, etc. devem ser limitados ao mínimo indispensável, observando que o título também deverá ser indicado no texto onde a ilustração será inserida, identificadas, e numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Os quadros e tabelas devem ser limitados ao mínimo indispensável e enviados separadamente do texto (observando que o título também deve ser indicado no texto onde o quadro/tabela será inserido), identificados e numerados consecutivamente em algarismos arábicos. Na montagem das tabelas, deve seguir as Normas de apresentação tabular, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Estatística. Os quadros e tabelas devem ser enviados cada um em arquivo separado.

Os trabalhos científicos no ISCTAC são editados possuem a margem superior e esquerda: 3 cm e inferior e direita: 2 cm. Os parágrafos e títulos das partes e das seções devem ser digitados com espaço duplo de entrelinha. Os parágrafos das citações textuais com mais de três linhas devem ser recuados a 4 cm, a partir da margem esquerda. Todas as folhas que compõem o trabalho a partir da capa são contadas sequencialmente, mas nem todas são numeradas. A primeira folha correspondente a cada parte e seção primária do trabalho, não é numerada e inicia-se em uma nova folha, na margem superior 3 cm e ao lado da margem esquerda 3 cm. A numeração é feita nas folhas que continuam cada parte do trabalho, em algarismos arábicos, dentro da margem superior, centralizada ou ao lado da margem direita 2 cm.

As folhas que correspondem aos apêndices e anexos são também contadas e numeradas seguindo a sequência do trabalho. O texto de um trabalho pode ser dividido em partes chamadas de seções. As principais divisões do texto são chamadas de seções primárias (capítulos). Estas se subdividem em seções secundárias, que se subdivide em terciárias, que se subdivide em quartanárias, que se subdividem em quinárias e assim por diante. Deve-se evitar o excesso de subdivisões de um texto, porque o torna muito fragmentado o que interrompe a fluidez da leitura. Os títulos das seções são numerados progressivamente em algarismos arábicos, alinhados à margem esquerda, dando espaço de um caráter entre as numerações e um título.

As seções primárias iniciam-se em uma nova folha, na margem superior 3 cm e ao lado da margem esquerda 3 cm. Os títulos dos diferentes níveis de seção devem ser diferenciados tipograficamente; devem-se usar letras maiúsculas negritadas para seções primárias; devem-se usar letras maiúsculas sem negrito para as seções secundárias; devem-se usar letras minúsculas negritadas, exceto a inicial, para seções terciárias; e devem ser usadas letras minúsculas, sem negrito, exceto a inicial, para seções quartanárias e quinárias.

Em relação às abreviaturas e siglas, quando aparecem pela primeira vez no texto, deve-se escrever seu nome por extenso, acrescentando-se a abreviatura ou sigla, entre parênteses. Em relação às notas de rodapé, devem ser digitadas ou datilografadas dentro das margens e devem ser separadas do texto por um espaço simples de entrelinhas e por um filete de 3 cm, a partir da margem esquerda.

CAPÍTULO 5

Regras de Citações, Rodapé e Referências Bibliográficas.

5.1. Citações

As citações consistem em informações retiradas de fontes consultadas para a realização de trabalhos. Ao fazer um trabalho e utilizar-se de tais informações, estas devem ser indicadas de acordo com as normas de citação no corpo do trabalho ou notas de rodapé e de acordo com as normas de referências bibliográficas ao final do mesmo.

As citações devem ser indicadas no texto por um sistema numérico (notas de rodapé) ou autor-data (corpo do trabalho). Entretanto, ao longo de todo o trabalho, deve-se optar pelo uso de um sistema ou outro, não permitindo o uso alternado de citações ora no corpo do trabalho, ora em notas de rodapé.

5.2. Tipos de Citações

No domínio internacional, existem a nível mundial diversas associações que se ocuparam de estabelecer critérios específicos sobre as normas bibliográficas a seguir na redação e publicação de trabalhos científicos de pesquisa. As mais seguidas são as referidas à *American Psychological Association* (APA) (2005, 2006), a *Associação Brasileira de Normas Técnicas* (ABNT) (ver, por exemplo, 2002a, b) e as normas de Vancouver (*stile Vancouver*).

Num trabalho científico, o pesquisador tem diferentes possibilidades de citar a bibliografia usada, seguindo critérios e um estilo aceito pela comunidade científica. Cada qual compete fazê-lo de acordo com a associação mais de acordo com seu campo de conhecimento. Não se trata, em nenhum, caso de ser exaustivos na interpretação destas normas, nem na exposição das mesmas, dado o espaço disponível em um capítulo, mas sim de oferecer o mais importante ou de uso mais comum. Remete-se o leitor aos correspondentes manuais completos destas associações, referenciados ao final do capítulo, para aprofundar aqueles aspectos mais específicos.

Convém assinalar que a adoção de determinadas normas de estilo nos textos científicos, sejam APA, ABNT ou Vancouver, não está isenta de dificuldades provenientes das características do idioma específico em que o pesquisador situe seu trabalho. A adoção de maneira estrita dentro das várias, choca sem dúvidas, com os requerimentos linguísticos básicos de línguas como o castelhano ou o português, por exemplo. Assim, a Real Academia da Língua Espanhola não tem coletado no alfabeto o símbolo "&", que as normas da APA utilizam para substituir o "e" nas referências bibliográficas. Este é só um exemplo, ao qual se pode acrescentar outros, como a disposição dos parágrafos, o uso dos parênteses, os colchetes, as aspas, e um longo etcetera.

Dentro das normas gerais para a citação de textos, no domínio científico, as citações podem ser: directa ou textual ou literal e indirecta ou conceptual ou livre.

5.2.1. Citação Direta Ou Textual Ou Literal

Este tipo de citação consiste na transcrição literal (cópia) no texto de informação extraída de outra fonte para esclarecer, ilustrar, complementar ou sustentar o assunto apresentado. Deve ser transcrita exatamente como consta do original, entre aspas e acompanhada de informações sobre a fonte (autor, data e página consultada).

Exemplo: O orientador "além de técnico e perito nas ferramentas tecnológicas aplicadas à orientação, terá que exercer tarefas de consulta e assessoramento aos envolvidos no processo orientador" (Pantoja, 2004:194), o qual nos leva ao desempenho de um novo papel e funções.

A citação directa pode ser feita de duas formas. A primeira forma começa citando o autor da ideia (último sobrenome ou entidade coletiva), com letras minúsculas, exceto a inicial e nomes próprios. Depois, entre parênteses, a data da obra e a página consultada. Por último virá a cópia da ideia, entre aspas.

A segunda forma começa pela cópia da ideia entre aspas e, ao final, entre parênteses, deverá vir o último sobrenome do autor ou entidade coletiva (com letras maiúsculas), a data da obra e a página consultada. A citação textual com mais de três linhas deve ser destacada do texto com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra tamanho 10 (menor do que a do texto: tamanho 12), sem aspas e espaço simples entre suas linhas e entre uma e outra, espaço duplo. A citação até 3 linhas vem entre aspas e inserida no próprio parágrafo que está sendo citado.

Ao fazer uma citação directa deve-se usar reticências entre colchetes [...] no início, meio ou final da cópia, quando se quer omitir palavras, expressões ou frases. Quando na citação directa quer se destacar palavras, expressões ou frases usam-se grifo, seguido da expressão grifo nosso, entre parênteses. Caso o destaque seja do autor consultado, usa-se a expressão, grifo do autor, entre parênteses.

5. 2.2. Citação Indirecta Ou Conceptual Ou Livre

Consiste na transcrição livre (não literal) do pensamento do autor consultado, reproduzindo-o sinteticamente, mas observando fidelidade ao seu pensamento. Assim, não sendo uma cópia, não se utilizam aspas e indicam-se os elementos: autor, data, volume e página consultada. Portanto, as citações indirectas são citações livres, mas às quais o autor que as utiliza lhes dá sua forma personalizada, sem que estas percam seu sentido original.

Exemplo: Pantoja (2004) ocupa-se amplamente da Sociedade da Informação para situar nela a intervenção psicopedagógica.

Importa referir que tanto nas citações directas quanto nas indirectas, o sobrenome do autor, da instituição responsável ou do título deve ficar em letra maiúscula quando estão entre parênteses e em letra minúscula quando estão fora. Nos exemplos anteriores referidos à ABNT se pode verificar isto com clareza.

5. 3- Regras Gerais Para Fazer Citações Directas e Indirectas

Quando houver coincidência de autores e data, acrescentam-se as iniciais de seus prenomes. Caso permaneça a coincidência colocam-se os prenomes por extenso. Quando for fazer citação de entidades coletivas conhecidas por siglas deve citar o nome da mesma por extenso, acompanhado da sigla na primeira citação e, a partir daí, apenas a sigla.

5. 4 Citações de Documentos Eletrônicos

Para fazer citações de informações de documentos eletrônicos deve-se indicar: autor, data, página, caso constam do documento e o endereço eletrônico do mesmo.

5. 5. Citação de Informação Oral

Quando se tratar de dados obtidos por informação oral (palestras, debates, comunicações e outros) deve-se indicar, entre parênteses, a expressão informação verbal, mencionando-se os dados disponíveis somente em notas de rodapé.

5.6. Referências Bibliográficas

As referências bibliográficas constituem a lista bibliográfica segundo o estilo que contém a relação exacta das citações que aparecem no texto redigido. Somente se incluem aqueles documentos e recursos que se utilizaram para realizar a pesquisa e preparação do trabalho e que, portanto, estão citados no corpo do mesmo, na forma e estilo que se via na seção anterior. De modo geral, há que seguir estas indicações:

APELIDO, Nome, (ano), *Título: Subtítulo*, Edição, Editora, Local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **ALMEIDA JÚNIOR**, João Baptista de. (1988), O estudo como forma de pesquisa. In: CARVALHO, Maria Cecília M de (Org.). *Construindo o saber: técnicas de Metodologia Científica*. Campinas: Papirus.
- **ALMEIDA**, Maria Lúcia Pacheco de (1996), *Como Elaborar Monografias*. 4ª Edição Revista e Atualizada, Belém: Cejup.
- **ARCANTONIO**, Antônia Terezinha; **SANTOS**, Martha Maria; **LEHFELD**, Neide Aparecida de Souza (1993), *Elaboração e Divulgação do Trabalho Científico*. São Paulo: Atlas.
- **ARCONI**, Marina de Andrade (2000), *Metodologia científica Para o Curso de Direito*. São Paulo: Atlas.
- **ASTI VERA**, Armando (1976), *Metodologia da Pesquisa Científica*. Porto Alegre: Globo.
- **BARROS**, Aidil Jesus de; **LEHFELD**, Neide Aparecida de Souza (1986), *Fundamentos de Metodologia: um guia para a iniciação científica*. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil.
- **Barros**, Aidil Jesus Paes de e **Lehfeld**, Neide Aparecida de Souza (1986), *A metodologia e universidade*. In, *Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica*. São Paulo: Mc Graw-Hill, PP.1-14.
- **CERVO**, Amado Luiz; **BERVIAN**, Pedro Alcino (1976), *Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários*. 3ª Edição. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil.
- **DIAS Jr.**, Nêodo Noronha (2003), *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico Referente ao Planejamento, Estrutura, Apresentação e Comunicação dos Mesmos*, UNIGRANRIO, Escola de Gestão e Negócios, Curso de Administração de Empresas, Rio de Janeiro.
- **DUSILEK**, Darci (1982), *A Arte da Investigação Criadora: introdução à metodologia da pesquisa*. 3ª Edição, Rio de Janeiro: JUERP.
- **FERNANDES**, Paulo e **BAMBO**, José (2009), *Ensino Técnico Profissional Formação em Sociologia Geral*, Alcance Editores, Maputo.

- **FRANÇA**, Júnia Lessa (2001), *Manual Para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 5. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. PP. 57-62.
- **FRANÇA**, Júnia Lessa (2001), *Trabalhos Monográficos: Dissertações e Teses, Trabalhos Acadêmicos e Memoriais*, Belo Horizonte.
- **GIL**, António Carlos, (2008), *Metodo e Técnicas de Pesquisa Social*, Editora Atlas S.A, São Paulo.
- **INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL – IPARDES** (2000), *Redação e editoração*. Curitiba: Ed. da UFPR.
- **KELLER**, Vicente; **BASTOS**, Cleverson (1991), *Aprendendo a aprender: introdução à Metodologia Científica*. 2ª Edição, Petrópolis: Vozes.
- **KELLER**, Vicente; **BASTOS**, Cleverson (1991), *Aprendendo a Aprender*. Introdução à Metodologia Científica. 2ª Edição, Petrópolis: Vozes.
- **KÖCHE**, José Carlos (1997), *Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa*. 14.ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes.
- **KOCHE**, José Carlos (1997), *Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da Ciência e Prática da Pesquisa*. 14ª Edição Revista e Ampliada, Petrópolis: Vozes.
- **LAKATOS**, Eva Maria e **MARCONI**, Marina (1979), *Sociologia Geral*, 3ª Edição, Editora Atlas S.A, São Paulo.
- **LAKATOS**, Eva Maria e **MARCONI**, Marina (2007), *Metodologia Científica*, 6ª Edição, Edição Revista e Ampliada, Edições Atlas S.A, São Paulo.
- **LAKATOS**, Eva Maria e **MARCONI**, Marina de Andrade (2009), *Metodologia do Trabalho Científico*, 2ª Edição Cortez Editora, São Paulo.
- **LAKATOS**, Eva Maria; **MARCONI**, Marina de Andrade (1996), *Técnica de Pesquisa*. 3ª Edição Revista e Ampliada, São Paulo: Atlas.

- **MARCANTONIO**, Antônia Terezinha; **SANTOS**, Martha Maria; **LEHFELD**, Neide Aparecida de Souza (1003), *Elaboração e divulgação do trabalho científico*. São Paulo: Atlas.
- **MARCONI**, Marina de Andrade (2000), *Metodologia Científica*: para o curso de Direito. São Paulo: Atlas.
- **PÁDUA**, Elisabeth Mattalo Marchesini de (1988), *Construindo o saber*: técnicas de Metodologia Científica. Campinas: Papirus.
- **RUIZ**, João Álvaro (1996), *Metodologia Científica*. 4ª Edição, São Paulo: Atlas.
- **SÁ**, Elizabeth Schneider et al. (1996), *Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais*. 2ª Edição, Petrópolis: Vozes.
- **SALOMON**, Décio Vieira (1999), *Como fazer uma monografia*. 6. ed. Belo Horizonte: Interlivros.
- **SALVADOR**, Ângelo Domingos (1982), *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. 10ª Edição Reviata e Ampliada, Porto Alegre: Sulina.
- **SEVERINO**, Antônio Joaquim (1984), *Metodologia do Trabalho Científico*. 14ª Edição, São Paulo: Cortez.
- **SILVA**, E. L. da; **MENEZES**, E. M. (2005), *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*, 4ª Edição, UFSC, Florianópolis.
- **VEIGA da Fonseca, Regina Célia**. (2009), *Metodologia de Trabalho Científica*, IESDE-Brasil, Curitiba.
- **VIEIRA, José Guilherme Silva**. (2010), *Metodologia de Pesquisa Científica na Prática*, Fael editora, Curitiba.

ANEXO

REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO, E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO.

ARTIGO 1

(Definição da Avaliação)

A avaliação é uma componente fundamental do ensino-aprendizagem. Ela baseia-se numa relação sistemática, que articula meios de ensino, decorrentes, métodos de ensino e expectativas. A classificação do Trabalho de Final de Curso (TCL) e Dissertação de Mestrado (DM) deverá traduzir a integração, por parte dos formandos, de competências (conhecimentos, habilidades, valores e atitudes ou acções observáveis).

ARTIGO 2

(AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS TCL E DM)

1. A avaliação e classificação dos TCL, DM, nos cursos oferecidos pelo ISCTAC nas suas especialidades, legitima o posicionamento dos graduados na seguinte escala de valores: 0 – 9 valores; 10 – 13 valores; 14 – 16 valores; 17 – 18 valores; e 19 – 20 valores.
2. A avaliação e classificação do TCL e DM devem ser feita na base dos indicadores que constam, respectivamente, no quadro, a seguir indicados, devendo, com referência à escala de 0-20 valores. A nota destes emana da ponderação em 70% do Trabalho Escrito e, em 30%, da respectiva Defesa, perante o Júri,
3. O avaliador principal, ou oponente, e os restantes membros do júri, devem considerar os indicadores que constam dos quadros, abaixo para a avaliação e classificação dos TCL e DM.

Quadro I: Indicadores para a Avaliação TCL

Pontuação: 0-20 valores (70%)	Trabalho de Licenciatura
Reprovável: Classificação	Organização: Texto mal Estruturado (capítulos, parágrafos, numeração, etc.); erros ortográficos em excesso;
<i>Medíocre</i> (Pontuação 0-9 valores)	Conteúdo: Falta de coerência entre o problema, os objectivos, as questões de pesquisa e as hipóteses; o trabalho não responde às questões de pesquisa levantadas; as hipóteses não são validas ao longo do trabalho; não operacionalização da teoria; Desconexão entre a teoria e a realidade que se pretende estudar; descrição excessiva sem intervalos analíticos ou explicativos; argumentação sem lógica; utilização insuficiente da literatura;

	<p>Originalidade: Pensamento dependente das fontes ou excessiva descrição; falta de inovação analítica; Indícios de plágios e de fraude académica.</p> <p>Mérito: Fraca contribuição para a percepção da realidade política, social e económica do espaço local, do Estado, da região e do Sistema Internacional; Irrelevância do tema a área de estudo cujo conhecimento se pretende certificar.</p>
<p>Aprovável: Classificação <i>Suficiente</i> (Pontuação 10-13 valores)</p>	<p>Organização: Texto estruturado de forma satisfatória (capítulos, parágrafos, numeração, etc.); argumento perceptível, linhagem clara.</p> <p>Conteúdo: Coerência entre os objectivos, as questões de pesquisa e as hipóteses; análise e interpretação de dados de forma satisfatória; recurso a referencias como suporte do argumento próprio; as questões levantadas encontram as respostas ao longo dos capítulos; equilíbrio entre a descrição e a análise.</p> <p>Originalidade: certo grau de independência analítica; utilização adequada da literatura.</p> <p>Mérito: Reflexão sobre questões da actualidade com recurso a ligação entre a teoria e o empiricíssimo.</p>
<p>Aprovável: Classificação <i>Bom</i> (Pontuação de 14 – 16 valores)</p>	<p>Organização: Texto bem estruturado (de acordo com o capítulo entre os artigos 4 e seguintes do Regulamento de avaliação dos TCL); argumento perceptível; linhagem clara e objectiva;</p> <p>Conteúdo: Coerência entre os objectivos, as questões de pesquisa e as hipóteses; análise e interpretação de dados de forma satisfatória; recurso a referencias como suporte de argumento próprio; as questões levantadas encontram respostas ao longo dos capítulos; equilíbrio entre a descrição e a análise.</p> <p>Originalidade: certo grau de independência analítica; utilização adequada da literatura.</p> <p>Mérito: Reflexão sobre questões da actualidade com recurso a ligação entre a teoria e o empiricismo.</p>
<p>Aprovável: Classificação <i>Bom</i> (pontuação de 14-16 valores)</p>	<p>Organização: Texto bem estruturado (de acordo com o estipulado entre os artigos 4 e seguintes do Regulamento de avaliação dos TCL); argumento perceptível; linhagem clara e objectiva;</p> <p>Conteúdo: Boa construção de problema (problematização); indicação dos</p>

	<p>métodos relevantes para o alcance dos objectivos pretendidos; Coerência entre o problema, os objectivos, as questões de pesquisa e as hipóteses; boa análise e interpretação de dados; operacionalização da teoria na explicação ou análise da realidade em estudo; conclusões reflectindo o alcance dos objectivos e a validação das hipóteses; Recomendações derivando das conclusões;</p> <p>Originalidade: Independência e inovação analítica; demarcação entre as referências e o pensamento próprio.</p> <p>Mérito: Reflexão sobre questões da actualidade com recurso a ligação entre teoria e o empiricismo, contribui para a percepção da realidade política, económica e social do espaço local, do Estado, da região e do Sistema Internacional.</p>
<p>Aprovável: <i>Muito Bom</i> (Pontuação de 17-18 valores)</p>	<p>Organização: Texto bem estruturado (de acordo com estipulado entre os artigos 4 e seguintes do Regulamento de avaliação dos TCL); argumento perceptível; linhagem clara e objectiva;</p> <p>Conteúdo: Problematização resultante da identificação de lacunas entre um determinado complexo teórico conceptual e a realidade; Coerência entre o problema, os objectivos, as questões de pesquisa e as hipóteses; boa análise e interpretação de dados; operacionalização da teoria na explicação ou análise da realidade em estudo; Coerência argumentativa no processo de validação das hipóteses; conclusões reflectindo o alcance dos objectivos e a validação das hipóteses; Recomendações derivando das conclusões;</p> <p>Originalidade: Trabalho criativo e inovativo revelando capacidade de pensamento independente, critico autónomo e didáctico – científico.</p> <p>Mérito: Reflexão sobre questões da actualidade com recurso a ligação entre a teoria e o empiricismo, contribui para a percepção da realidade política, económica e social do espaço local, do Estado, da região e só Sistema Internacional; contribuição para a operacionalização das linhas de pesquisa do ISCTAC.</p>
<p>Aprovável: <i>Excelente</i> (Pontuação da 19-20 valores)</p>	<p>Organização: Texto bem estruturado (de acordo com estipulado entre os artigos 4 e seguintes do Regulamento de avaliação dos TCL); argumento perceptível; linhagem clara e objectiva;</p> <p>Conteúdo: Excelente problematização fruto de identificação de lacunas na discussão entre diferentes abordagens teórico conceptuais e entre estas e a realidade; Coerência na apresentação de conceitos, teorias e fundamentação criteriosa dos métodos usados; Clareza, consistência argumentativa em relação às questões de pesquisa e às hipóteses levantadas; recomendações inovativas e operacionalizáveis para resolver os problemas identificados;</p>

	<p>Mérito: Reflexão sobre questões da actualidade com recurso a ligação entre a teoria e o empiricismo, contribui para a percepção da realidade política, económica e social do espaço local, do Estado, da região e do Sistema Internacional; contribuição para a operacionalização das linhas de pesquisa do ISCTAC.</p>
--	---

1. Com referência à escala de 0-20 valores, os avaliadores devem:
 - a) Classificar o Trabalho (Escrito) de Conclusão da Licenciatura na sua complexidade, atribuindo cotações parciais relativas aos aspectos de organização, conteúdo, originalidade e mérito, nos indicados no quadro II:

Quadro II: Cotações parciais relativas a aspectos estruturais do TCL

Pontuação: 0-20 valores (70%)	Trabalho Escrito
Organização 0-5 <i>Valores</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grau de observância, na estruturação do texto estruturado dos artigos 4 e seguintes deste Regulamento de avaliação; ▪ Argumento perceptível; linhagem clara e objectiva.
Conteúdo 0-9 <i>Valores</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Problematização alicerçada na identificação de lacunas, na discussão de diferentes abordagens teórico-conceptuais e entre estas a realidade; ▪ Coerência na apresentação de conceitos, teorias e fundamentação criteriosa dos métodos usados; ▪ Clareza, consistência argumentativa em relação às questões de pesquisa e às hipóteses levantadas; demonstração de competência de adequar teorias e métodos em aplicação prática com vista a produzir conhecimento novo; Excelente capacidade de fundamentação das conclusões em função dos objectivos definidos e das hipóteses por validar; ▪ Capacidade de apresentar recomendações inovativas e operacionalizáveis para resolver os problemas identificados;
Originalidade 0-4 <i>Valores</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criatividade e inovação comprovada pela capacidade de pensamento independente, crítico autónomo e didáctico-científico; ▪ Profundidade da literatura mobilizada, devidamente referenciada e

		aplicada de forma crítica.
Mérito <i>Valores</i>	0-2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reflexão sobre questões da actualidade com recurso a ligação entre a teoria e o empiricismo, contribui para a percepção da realidade política, económica e social do espaço local, do Estado, da região e ao Sistema Internacional; ▪ Contribuição para a operacionalização das linhas de pesquisa do ISCTAC.

- b) Classificar a Defesa do Trabalho Escrito de Conclusão da Licenciatura na sua complexidade, atribuindo cotações parciais relativas aos aspectos de apresentação, qualidade das respostas e grau de domínio do tema, nos termos indicados no quadro III.

Quadro III: Cotações parciais relativas a aspectos da defesa do TCL

Pontuação: 0-20 valores (70%)	Apresentação Oral	
Apresentação <i>Valores</i>	0-6	Qualidade da apresentação considerando-se a capacidade discursiva, integrando, com clareza e objectividade, elementos fundamentais do contexto, da problematização e os resultados da pesquisa.
Qualidade das Respostas <i>Valores</i>	0-10	Clareza, objectividade e segurança nas respostas e nos esclarecimentos apresentados.
Grau de domínio do Tema <i>Valores</i>	0-4	Conhecimento sobre o trabalho e o tema e capacidade de identificação de questões relacionadas com o objecto de estudo mas, que tenham tido abordagens problemáticas e ineficazes, do ponto de vista científico,

2. Com referência à escala de 0-20 valores, os avaliadores devem avaliar e classificar a Dissertação de Mestrado na sua complexidade, atribuindo cotações parciais relativas ao conhecimento do objecto da Dissertação e operacionalização das prescrições dos art.s 4 e seguintes deste Regulamento, nos termos indicados no quadro IV:

Quadro IV: Indicadores para a Avaliação e Classificação da DM

Pontuação: 0-20 valores (70%)	Indicadores para a Avaliação e Classificação do Trabalho Escrito
---	---

<p>Reprovável</p> <p>Classificação</p> <p><i>Medíocre</i></p> <p>(Pontuação 0-9 Valores)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Limitações evidentes quanto ao conhecimento do objecto da Dissertação e na operacionalização dos procedimentos prescritos nos artigos 4 e seguintes deste Regulamento, traduzidas, de forma objectiva, por: <ul style="list-style-type: none"> a) Défices na compreensão do objecto de estudo e uma argumentação limitada, caracterizada, predominantemente, pela incoerência na listagem de métodos e teorias relevantes; b) Incoerências na construção da problemática, questões de pesquisa, hipóteses e referencial teórico sobre o objectivo de estudo; c) Limitações na compreensão do método e teorias relevantes para a explicação do objecto, e inaplicabilidade dos resultados do estudo; d) Défices na exploração da literatura recomendada e inadequadamente referenciada.
<p>Aprovável</p> <p>Classificação e menção Suficiente</p> <p>(Pontuação 10-13 Valores)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecimento do objecto da Dissertação e operacionalização satisfatórios dos procedimentos prescritos nos artigos 4 e seguintes deste Regulamento, traduzidos, de forma objectiva, pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> a) Compreensão razoável do objecto de estudo e uma argumentação satisfatória, caracterizada, predominantemente, pela listagem de métodos e teorias relevantes; b) Coerência satisfatória entre a problemática, questões de pesquisa, hipóteses referencial teórico sobre o objecto de estudo; c) Demonstração de uma compreensão básica do método e teorias relevantes para a explicação do objecto, como indicadores ilustrativos de habilidades satisfatórias, em aplicação prática dos resultados do estudo; d) Recurso, de forma satisfatória, à literatura recomendado, devendo ser adequadamente referenciada.
<p>Aprovável:</p> <p>Classificação e menção</p> <p>Bom</p> <p>(pontuação de 14-16 valores)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecimento do objecto da Dissertação e boa operacionalização dos procedimentos prescritos nos artigos 4 e seguintes, deste Regulamento, traduzidos, de forma objectiva, pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> a) Competência de análise, identificação de lacunas teórico-conceituais sobre o objecto do estudo; b) Capacidade de formulação de questões de pesquisa e de argumentação coerente, com o recurso à observação e/ou revisão

	<p>critica da literatura;</p> <p>c) Boa coerência entre a problemática, hipóteses, métodos e teorias relevantes sobre o objecto de estudo; capacidade evidente para a sua mobilização e aplicação prática dos resultados do estudo;</p> <p>d) Clareza, relevância dos argumentos da conclusão e das recomendações;</p>
<p>Aprovável</p> <p>Classificação e menção</p> <p>Muito Bom</p> <p>(Pontuação de 17-18 valores)</p>	<p>▪ Conhecimento do objecto da Dissertação e muito boa operacionalização dos procedimentos prescritos nos artigos 4 e seguintes, deste Regulamento, traduzidos de forma objectiva, pelo(a):</p> <p>a) Elevada capacidade de análise, identificação de lacunas teórico-conceptuais sobre o objecto de estudo;</p> <p>b) Elevada coerência entre a problemática, hipóteses, métodos e teorias relevantes sobre o objecto de estudo; capacidade evidente para a sua mobilização e aplicação prática dos resultados do estudo;</p> <p>c) Argumentação clara e consistente, com enfoque sobre o objecto de estudo, com fundamento na observação e/ou revisão critica da literatura;</p> <p>d) Conhecimento profundo e competência de adequar teorias e métodos, em aplicação prática;</p> <p>e) Demonstração de potencialidades para candidatura a estudos para o Doutoramento</p>
<p>Aprovável:</p> <p>Classificação Excelente</p> <p>(pontuação de 19-20 valores)</p>	<p>▪ Conhecimento do Objecto da Dissertação e excelente operacionalização dos procedimentos prescritos nos artigos 4 e seguintes deste Regulamento, traduzidos, de forma objectiva, pelo(a):</p> <p>a) Elevada competência de análise, identificação de lacunas teórico-conceptuais sobre o objecto de estudo;</p> <p>b) Coerência entre a problemática, hipóteses, quadro teórico e fundamentação dos métodos usados;</p> <p>c) Elevada competência discursiva e demonstrativa;</p> <p>d) Habilidade de pensamento crítico;</p>

	<p>e) Excelente capacidade de fundamentação das conclusões e recomendações;</p> <p>f) Extensão e profundidade da literatura mobilizada, devidamente referenciada;</p> <p>g) Competência de criatividade e de inovação, particularmente na aplicação prática dos resultados do estudo;</p> <p>h) Referências muito boas para candidatura a estudos para o Doutorado,</p>
--	---

3. Com referência à escala de 0-20 valores, os avaliadores devem:

- a) Classificar a Dissertação (Escrita) de Mestrado na sua complexidade, atribuindo cotações parciais relativas aos aspectos de organização, conteúdo, originalidade e mérito, nos termos indicados no quadro V.

Quadro V: Cotações parciais relativas a aspectos estruturais da DM

Pontuação: 0-20 valores (70%)	Trabalho Escrito
Organização 0-4 <i>Valores</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grau de observância, na estruturação do texto, dos artigos 4 e seguintes deste Regulamento de avaliação; ▪ Argumento perceptível; linhagem clara e objectiva.
Conteúdo 0-10 <i>Valores</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Problematização alicerçada na identificação de lacunas, na discussão de diferentes abordagens teórico-conceituais e entre estas a realidade; ▪ Coerência na apresentação de conceitos, teorias e fundamentação criteriosa dos métodos usados; ▪ Clareza, consistência argumentativa em relação às questões de pesquisa e às hipóteses levantadas; demonstração de competência de adequar teorias e métodos em aplicação prática com vista a produzir conhecimento novo; Excelente capacidade de fundamentação das conclusões em função dos objectivos definidos e das hipóteses por validar; ▪ Capacidade de apresentar recomendações inovativas e

	operacionalizáveis para resolver os problemas identificados;
Originalidade 0-4 valores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicação e/ou criatividade comprovadas pela capacidade de pensamento independente, crítico e didáctico-científico; ▪ Profundidade da literatura mobilizada, devidamente referenciada.
Mérito 0-2 Valores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reflexão sobre questões da actualidade com recurso à ligação entre a teoria e o empiricismo, para a compreensão da realidade política, económica e social do espaço local, do Estado, da região e do Sistema Internacional; ▪ Contribuição para a operacionalização das linhas de pesquisa do ISCTAC.

- a) Classificar a Defesa da Dissertação (Escrita) de Mestrado na sua complexidade, atribuindo cotações parciais relativas aos aspectos de apresentação, qualidade das respostas e grau do domínio do tema, nos termos indicados no quadro VI.

Quadro VI: Cotações parciais relativas a aspectos da defesa da DM

Pontuação: 0-20 valores	Apresentação e Defesa da DM
Apresentação 0-5 Valores	Qualidade da apresentação considerando-se a capacidade discursiva e a eloquência, integrando, com clareza e objectividade, elementos fundamentais do contexto, da problematização e os resultados da pesquisa;
Qualidade das Respostas 0-10 Valores	Clareza, objectividade e segurança nas respostas e nos esclarecimentos apresentados.
Grau de domínio do Tema 0-4 Valores	Conhecimento sobre o trabalho e capacidade de identificação de questões relacionadas com o objecto de estudo mas, que tenham tido abordagens problemáticas ineficazes, do ponto de vista científico.

ARTIGO 3

(Disposições Finais)

A Direcção Pedagógica do ISCTAC é o órgão responsável pela aplicação do presente regulamento. Todos os casos omissos ou dúvidas suscitadas na interpretação do presente regulamento, ou de qualquer forma a ele relacionadas, serão resolvidos por despacho do Magnífico Reitor do ISCTAC.